

Programa
CLEAR Nordeste

Base Curricular em
Monitoramento e Avaliação
de Políticas Públicas



Setembro 2023

FICHA TÉCNICA

FGV EESP CLEAR

Diretoria

André Portela

Vice-Diretoria

Lycia Lima

Gerência Executiva

Gabriela Lacerda

Coordenação Institucional

Lara Mesquita

Equipe Técnica

Camila Soares

Fernanda Caires e Caires

Gabriela Lacerda

Júlia Roberta Klein

Marília Firmiano

Marina Lafer

Nicole Mourad

Priscilla Bacalhau

Gustavo Costa

Setembro 2023

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. ESTRUTURA CURRICULAR.....	9
3. CURSOS.....	15
3.1 EVIDÊNCIAS NO CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA.....	16
3.2 AVALIAÇÃO DE DESENHO.....	21
3.3 AVALIAÇÃO EXECUTIVA.....	25
3.4 AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	30
3.5 INTRODUTÓRIO EM AVALIAÇÃO DE IMPACTO.....	34
3.6 ANÁLISE DE RETORNO ECONÔMICO.....	38
REFERÊNCIAS.....	42
SOBRE O FGV EESP CLEAR	52

Prefácio

Este documento visa favorecer a promoção de políticas públicas informadas por evidências na região Nordeste do Brasil. Desenvolvida pelo FGV EESP CLEAR, esta base curricular em monitoramento e avaliação (M&A) de políticas públicas busca desenvolver e fortalecer capacidades individuais e institucionais sobre a temática no setor público. Compreendendo a importância do M&A para uma boa governança e melhoria contínua na gestão de políticas públicas, o material poderá ser utilizado de acordo com as necessidades específicas de cada governo, para o desenvolvimento de formações e trilhas de aprendizagem.

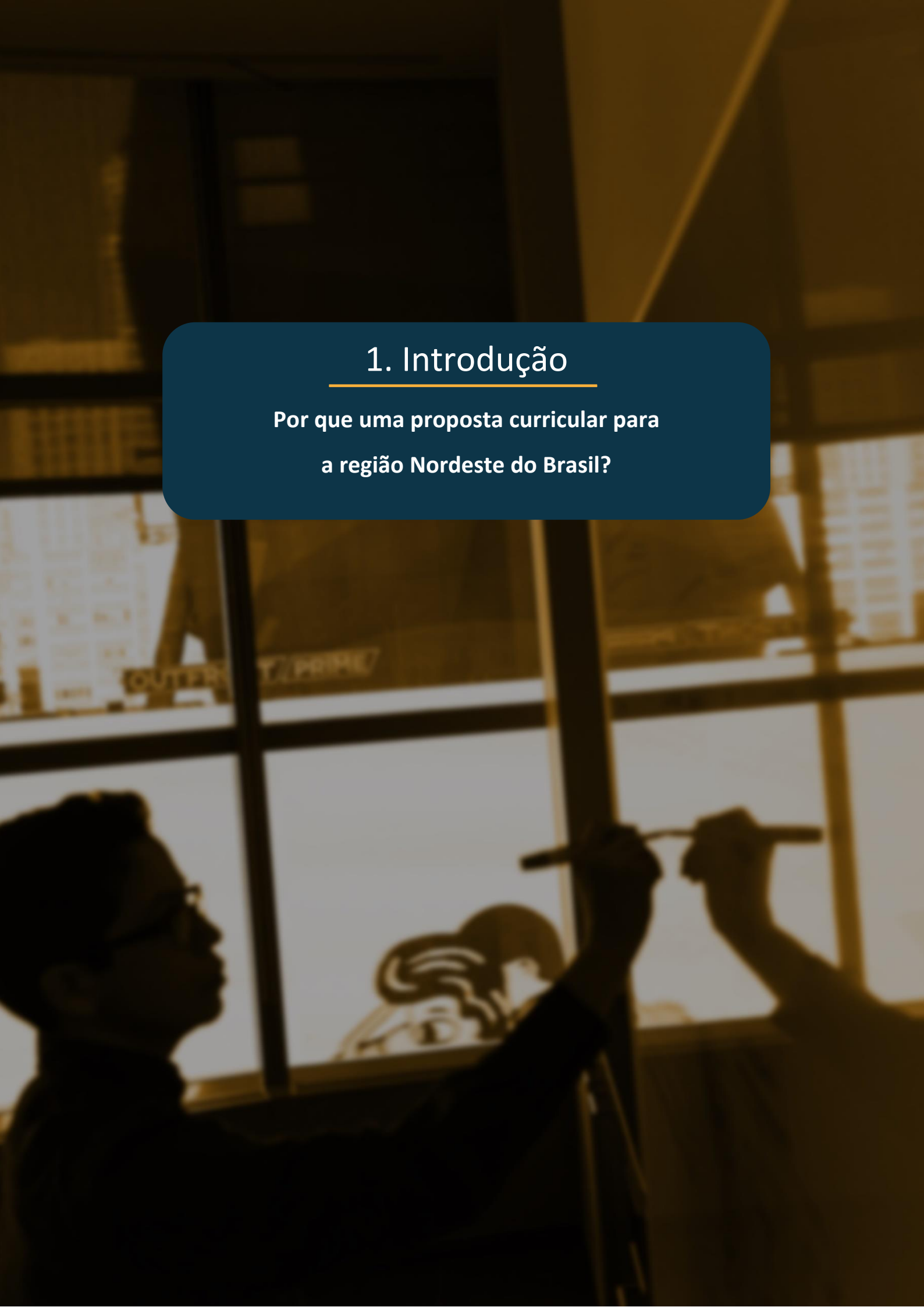
A proposta curricular é produzida no âmbito do Programa CLEAR Nordeste, que tem como objetivo fortalecer o uso de evidências e apoiar a institucionalização da avaliação de políticas públicas na referida região. Com isso, esperamos contribuir no aprimoramento das políticas públicas e no enfrentamento das desigualdades regionais, acelerando o alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável.

André Portela e Lycia Lima

Diretor e Vice-Diretora do FGV EESP CLEAR

1. Introdução

Por que uma proposta curricular para
a região Nordeste do Brasil?



1. Introdução

Em julho de 2021, o Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP CLEAR), em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e com o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (CIDACS), vinculado ao Instituto Gonçalo Moniz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) da Bahia, lançou o Programa CLEAR Nordeste, com o objetivo de fortalecer o uso de evidências no planejamento e gestão de políticas públicas na região Nordeste do Brasil. Desde então, o Programa tem promovido ações junto a governos subnacionais (estados e municípios) e instituições acadêmicas, contribuindo para o desenvolvimento e implementação de sistemas e de capacidades em monitoramento e avaliação (M&A) na região.

Alguns governos no Nordeste do Brasil já têm se destacado na institucionalização da avaliação.



O Governo do Estado do Ceará, desde 2018, instituiu diferentes instrumentos e processos de M&A no âmbito dos projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), tais como o Sistema de Acompanhamento de Beneficiários (SABE/FECOP), a avaliação executiva e a avaliação *ex ante* (Decreto nº 33.320 de 24 de outubro de 2019). As avaliações executivas são realizadas por meio do Centro de Análise de Dados e Avaliação de Políticas Públicas (CAPP)¹, estabelecido dentro da estrutura do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado, e acontecem

junto às Secretarias de Estado gestoras dos programas financiados pelo FECOP. Até julho de 2022, o CAPP havia realizado 12 avaliações executivas e tinha três em curso. No geral, as políticas públicas avaliadas remetem a diferentes temáticas relacionadas ao combate à pobreza, educação e ingresso de jovens no mercado de trabalho.

O Governo do Estado do Maranhão, por sua vez, aprovou lei² que dispõe sobre seu sistema de M&A, lançou uma Trilha de Aprendizagem em Gestão Pública, elaborou manual metodológico para o M&A de suas políticas públicas e organizou o Prêmio Gestão Pública, que avalia e reconhece políticas públicas orientadas para resultados.



¹ Portaria nº 13/2018- DOE de 09/03/2018

² Lei nº 11.630 de 21 de dezembro de 2021.



No Governo do Estado da Bahia, a Secretaria do Planejamento (SEPLAN), por meio da Superintendência de Monitoramento e Avaliação (SMA), tem empreendido esforços desde 2011 para implantar e consolidar as práticas de acompanhamento, monitoramento e avaliação de programas governamentais no âmbito do Executivo Estadual. Neste sentido, a Portaria nº 17 de 2 de dezembro de 2020³ e a minuta do decreto que trata sobre o Marco Legal do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPEGE) evidenciam o panorama institucional do M&A no Estado. Estes

marcos orientam e definem responsabilidades e asseguram a atuação da SEPLAN como coordenadora desses processos no ciclo de gestão dos Programas do Plano Plurianual - PPA, em um trabalho integrado com as demais secretarias. No que diz respeito às avaliações, têm sido feitas avaliações de desenho quadrienais (*ex ante*) e avaliações de desempenho anuais (*ex post*) de programas do PPA. Em relação ao desenvolvimento de capacidades em M&A, têm-se o plano mestre de capacitação, módulos introdutórios em M&A, manuais de elaboração do PPA, manuais de orçamento, manuais e tutoriais dos processos de acompanhamento e monitoramento e manuais de avaliação.



Na esfera municipal, a Prefeitura do Recife, no Estado do Pernambuco, criou o Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas e Ciência de Dados (NAPCD), que usa evidências na formulação e análise de políticas públicas e contribui com a produção e visualização de indicadores estratégicos de seu Plano Plurianual.



Além destas iniciativas, muitos profissionais que integram os governos da região têm ou já tiveram experiências com ferramentas de M&A por meio de formações e rotinas de trabalho, por exemplo.

Recentemente, o contexto normativo nacional também favoreceu a promoção de M&A das políticas públicas no país: a Emenda Constitucional nº 109 de 2021 prevê a avaliação de políticas para os órgãos e entidades da administração pública nacional e subnacional. A presente conjuntura, portanto, coaduna-se com os objetivos do Programa CLEAR Nordeste, que busca sensibilizar governos sobre a importância do M&A na gestão pública, fortalecer iniciativas existentes e desenvolver novas ações nesse campo.

Elaborada a partir do diálogo com diferentes governos subnacionais e da compreensão de seus contextos e particularidades, a proposta curricular apresentada a seguir busca desenvolver e fortalecer governos em diferentes estágios de maturidade quanto ao uso das ferramentas de M&A. O documento é organizado em duas partes principais: a primeira, **Estrutura Curricular**, traz informações gerais sobre a organização dos cursos, bem como orientações para o melhor uso do material; já a segunda parte, **Cursos**, apresenta, para cada curso, as referências bibliográficas sugeridas.

³ Publicada no DOE de 3 de dezembro de 2020.

Paralelamente, o FGV EESP CLEAR oferece também um curso *online* e gratuito sobre “Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas”, que pode complementar o conteúdo da presente proposta curricular. O curso, que está [disponibilizado na plataforma de Educação Executiva da FGV](#)⁴, tem por objetivo apresentar os principais conceitos da área, permitindo o desenvolvimento da compreensão sobre a importância do M&A para a gestão baseada em evidências, bem como ferramentas para a elaboração de um plano de monitoramento e conhecimento sobre diferentes tipos de avaliação. No que diz respeito aos tipos de avaliação, incluindo métodos e processos, destaca-se que há diferentes tipos de abordagens para lidar com questões ou desafios específicos. Portanto, os tipos apresentados aqui fazem parte da abordagem adotada pelo FGV EESP CLEAR, mas não se esgotam nestes exemplos.

O FGV EESP CLEAR traz, assim, este insumo com vistas a contribuir com o desenvolvimento profissional de gestores, técnicos e avaliadores e com o oferecimento perene de formações e trilhas de aprendizagem em M&A por órgãos públicos e instituições de ensino e pesquisa. Espera-se que, a partir daí, sejam desenvolvidas e institucionalizadas ferramentas e processos para favorecer a efetividade das políticas públicas na região Nordeste do Brasil.

⁴ Clique no link para segui-lo.

A top-down view of a wooden desk with a laptop, papers, a coffee cup, and hands working. The scene is dimly lit with a warm, golden-brown color palette. A dark blue rounded rectangle is centered on the page, containing the text '2. Estrutura Curricular' in white. A thin orange horizontal line is positioned below the text.

2. Estrutura Curricular

2. Estrutura Curricular

ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO

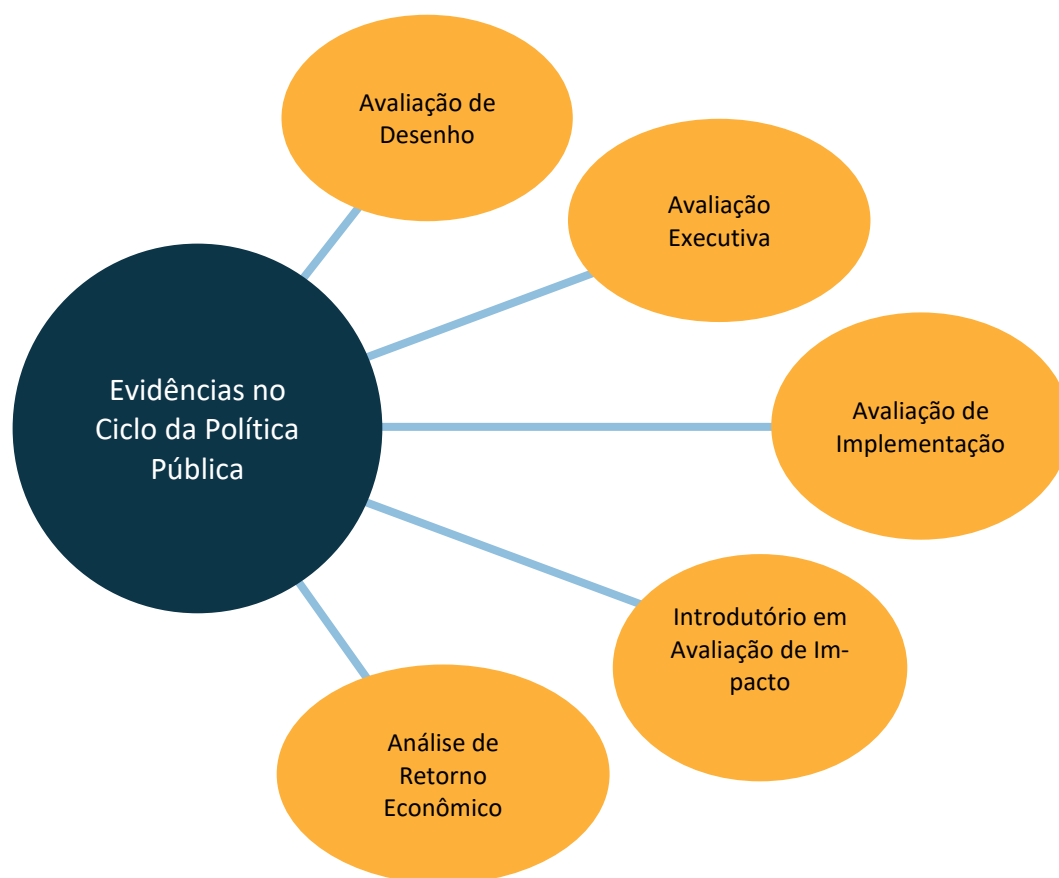
A organização do currículo a seguir é composta por seis cursos em M&A. Para cada curso são apresentadas, primeiramente, informações gerais contendo breve descrição, objetivo geral, objetivos específicos de aprendizagem, público-alvo, nível, pré-requisito, carga horária e recomendações para as atividades práticas. Na sequência, um quadro sintetiza a composição das unidades, incluindo os respectivos tópicos e carga horária. Por fim, a tabela principal com os componentes curriculares inclui sugestão de organização por unidades e tópicos, referências bibliográficas a serem consultadas pelo instrutor para a elaboração das formações, carga horária e apresentação final. A seguir, são apresentadas algumas sugestões para o melhor uso do material.

Oferecimento e organização dos módulos

Sugere-se a adoção dos cursos na forma de trilha de aprendizagem para a execução sistemática e contínua de atividades com vistas a obter conhecimento e habilidades em M&A, contribuindo com o desenvolvimento perene dos profissionais públicos participantes. De maneira geral, uma trilha de aprendizagem pode ser organizada de forma linear, na qual os módulos são apresentados de forma sequencial, havendo pré-requisitos entre eles, ou agrupada, na qual não há uma ordem pré-estabelecida para a realização dos cursos.

A presente proposta sugere um modelo híbrido, inicialmente linear e posteriormente agrupado. Recomenda-se o primeiro módulo, Evidências no Ciclo da Política Pública, como pré-requisito para a participação nos demais cursos. Nesta proposta, os outros cursos, Avaliação de Desenho, Avaliação Executiva, Avaliação de Implementação, Introdutório em Avaliação de Impacto e Análise de Retorno Econômico, aprofundam-se em diferentes tipos de avaliação e podem ser realizados de forma não-sequencial, de acordo com as necessidades e preferências dos participantes, dando maior autonomia ao processo de aprendizagem. A Figura 1 ilustra esta sugestão.

Figura 1- Trilha de Aprendizagem: Monitoramento e Avaliação para gestores



Fonte: Elaboração própria.

Componente curricular

Os seis cursos apresentados versam sobre M&A de políticas públicas, sendo que o primeiro deles apresenta uma visão geral de conceitos e ferramentas e cada um dos demais trata sobre diferentes tipos de avaliação. O curso Evidências no Ciclo da Política Pública abrange conceitos introdutórios acerca de instrumentos de M&A e do uso de evidências no planejamento, formulação, execução e avaliação de políticas públicas. Por sua vez, o curso em Avaliação de Desenho busca auxiliar gestores e técnicos a entenderem a lógica e a consistência do desenho do programa e/ou política avaliada, revisitando os pressupostos estabelecidos durante a fase de formulação. A Avaliação Executiva adequa-se bem a contextos dinâmicos, que exigem rapidez na tomada de decisão, permitindo ao gestor identificar de forma tempestiva potenciais pontos para aprimoramento. A Avaliação de Implementação tem como objetivo identificar se a política está sendo executada em conformidade com o seu desenho. Já o curso Introdutório em Avaliação de Impacto busca identificar uma relação

específica de causa e efeito entre o programa/política avaliada e um resultado de interesse. Por fim, o curso sobre Análise de Retorno Econômico permite que o participante mensure o retorno econômico de uma política pública a partir das hipóteses elaboradas acerca dos benefícios.

Público-alvo

Os cursos foram planejados para públicos específicos de acordo com a sua área de atuação. Recomenda-se que os cursos Evidências no Ciclo da Política Pública, Avaliação de Desenho e Avaliação Executiva sejam ofertados a técnicos e gestores de governo e o curso Avaliação de Implementação direcionado a pesquisadores governamentais. Sugere-se, por sua vez, que o curso Introdutório em Avaliação de Impacto seja oferecido a técnicos e avaliadores de governo e o curso Análise de Retorno Econômico a avaliadores de governo. Isto não impede, contudo, que as formações sejam ofertadas a outros públicos não diretamente indicados.

Nível

Os cursos possuem conteúdos com diferentes graus de complexidade. São considerados de nível básico os cursos Evidências no Ciclo da Política Pública, Avaliação de Desenho e Avaliação Executiva, e de nível intermediário os cursos Avaliação de Implementação, Introdutório em Avaliação de Impacto e Análise de Retorno Econômico.

Pré-requisito

Para os cursos Evidências no Ciclo da Política Pública, Avaliação de Desenho e Avaliação Executiva, não há pré-requisito para participação. Para o melhor aproveitamento no curso em Avaliação de Implementação é recomendado conhecimento prévio sobre teoria da mudança e métodos qualitativos e quantitativos. Para o curso Introdutório em Avaliação de Impacto é importante que se tenha conhecimento sobre estatística básica; finalmente, para o curso Análise de Retorno Econômico, recomenda-se que se tenha habilidades em matemática e estatística básicas e curso de avaliação de impacto fortemente recomendado.

Momentos expositivos e práticos

Sugere-se combinar momentos expositivos e práticos durante o oferecimento dos cursos. Os momentos expositivos poderão ser organizados pelo instrutor de acordo com a bibliografia e a duração indicadas para cada tópico; para tal, poderão ser utilizados recursos visuais, tais como apresentações. A realização de atividades práticas durante as aulas, por sua vez, tem como propósito

apoiar o participante na fixação do conteúdo apresentado e oferecer uma oportunidade para aplicar ferramentas de M&A; com isso, busca-se desenvolver habilidades que posteriormente poderão ser transpostas ao contexto profissional.

Exemplos de atividades práticas com a aplicação de ferramentas de M&A, tanto para situações reais quanto fictícias, podem ser apresentados na forma de estudos de caso. As atividades poderão ser realizadas de forma individual ou em grupos. Ressalta-se que a opção por se dividir em grupos pode agregar à experiência do participante, por permitir a troca de conhecimentos entre profissionais de diferentes áreas. A estratégia governamental, as rotinas do setor público, o público-alvo e o contexto local devem ser considerados durante o planejamento e a aplicação das atividades práticas. O instrutor poderá escolher o escopo, a dinâmica e a modalidade da atividade que mais se adequa à realidade encontrada pelo participante em sua atuação profissional.

Apresentação de trabalho final

Ao fim de cada módulo, sugere-se que cada participante ou grupo (a depender da divisão escolhida) apresente um trabalho final à turma, a fim de permitir o compartilhamento sistematizado dos conteúdos adquiridos. Cada curso traz uma proposta de escopo para o trabalho final. O objeto do trabalho final será definido pelo instrutor e poderá ser feito, por exemplo, a partir de uma política pública real ou fictícia, sobre a qual os participantes deverão aplicar ferramentas de M&A, a depender do conteúdo do curso. Assim como nas atividades práticas, a definição tanto do escopo quanto do objeto do trabalho final deve considerar as habilidades a serem aplicadas ao cotidiano profissional dos participantes. O Quadro 1 sumariza as principais informações sobre a composição curricular.

Quadro 1 - Principais informações sobre os componentes curriculares

Componente curricular ⁵	Público-alvo	Nível	Pré-requisito	Sugestão de carga horária ⁶		
				Parte teórica	Atividade prática ⁷	Apresentação final ⁸
Evidências no Ciclo da Política Pública	Técnicos e gestores de governo	Básico	Não há	10 horas	10 horas	A definir pelo instrutor
Avaliação de Desenho	Técnicos e gestores de governo	Básico	Não há	8 horas	8 horas	A definir pelo instrutor
Avaliação Executiva	Técnicos e gestores de governo	Básico	Não há	10 horas	10 horas	A definir pelo instrutor
Avaliação de Implementação	Pesquisadores governamentais	Intermediário	Conhecimento prévio sobre teoria da mudança, métodos qualitativos e quantitativos	11 horas	11 horas	A definir pelo instrutor
Introdutório em Avaliação de Impacto	Técnicos e avaliadores de governo	Intermediário	Estatística básica	16 horas	16 horas	A definir pelo instrutor
Análise de Retorno Econômico	Avaliadores de governo	Intermediário	Matemática e estatística básicas e curso de avaliação de impacto fortemente recomendado	10 horas	10 horas	A definir pelo instrutor

Fonte: Elaboração própria.

⁵ Dentre as referências bibliográficas indicadas, aquelas precedidas por um “*” são consideradas as mais relevantes relacionadas à temática abordada.

⁶ Recomenda-se que a carga horária (CH) da atividade prática corresponda à CH da parte teórica. Em relação à apresentação final, cabe ao instrutor definir a CH, uma vez que isso depende, dentre outros, do tamanho da classe e da dinâmica adotada.

⁷ Recomenda-se que a atividade prática, quando couber, seja feita em grupos.

⁸ A apresentação final pode ser individual ou em grupo, a definir pelo instrutor.



3. Cursos



Descrição

O curso Evidências no Ciclo da Política Pública apresenta conceitos introdutórios e ferramentas de monitoramento e avaliação (M&A), bem como o uso de evidências no ciclo da política pública.

Objetivo geral

- Compreender conceitos introdutórios (evidência, monitoramento, avaliação, ciclo da política pública), algumas ferramentas de M&A e sua inserção no ciclo da política pública (árvore do problema, teoria da mudança, monitoramento, tipos de avaliação), assim como a relevância destas para a gestão de políticas públicas e programas sociais.

Objetivos específicos de aprendizagem

- Aprender conceitos básicos de monitoramento e avaliação (M&A) e o uso de suas ferramentas no ciclo da política pública;
- Identificar as diferentes fontes de evidência, bem como a importância de incorporá-las à formulação, execução e avaliação de políticas públicas;
- Conhecer as ferramentas árvore do problema e teoria da mudança, bem como desenvolvê-las para políticas, programas e projetos;
- Entender a relação entre a teoria da mudança, indicadores, monitoramento e avaliação;
- Conhecer diferentes tipos de avaliação.

Público-alvo: Técnicos e gestores de governo

Nível: Básico

Pré-requisito: Nenhum

Carga horária: 20 horas (10h parte teórica + 10h parte prática)⁹

Atividade prática: Recomenda-se que a cada unidade introduzida seja feita uma atividade prática, individual ou em grupo, com duração igual ao tempo das aulas teóricas, a fim de fixar os conceitos e auxiliar a preparação dos trabalhos sugeridos que serão apresentados ao final curso.

⁹ Na carga horária total não é contabilizado o tempo para apresentação do trabalho final, uma vez que isso depende, dentre outros, do tamanho da classe bem como da dinâmica adotada.

Composição das unidades do curso Evidências no Ciclo da Política Pública

Unidade	Tópicos	Carga horária
UNIDADE 1: Conceitos de M&A e ciclo da política pública	I) Política pública baseada em evidências II) O que é monitoramento, o que é avaliação e porque são importantes III) Ciclo da política pública	1h30
UNIDADE 2: Identificação do problema, teoria do programa e teoria da mudança	I) Uso de evidências no diagnóstico do problema II) Desenho e teoria do programa <ul style="list-style-type: none"> • Modelo lógico • Desenho da política III) Teoria da mudança <ul style="list-style-type: none"> • Etapas da teoria da mudança • Discussão sobre riscos e hipóteses • Falhas na teoria e falhas na implementação 	2h30
UNIDADE 3: Indicadores e plano de monitoramento	I) Introdução a indicadores <ul style="list-style-type: none"> • Definição de indicador • Tipos de indicadores: quantitativos, qualitativos, unidimensionais, multidimensionais II) Critérios para a seleção de indicadores <ul style="list-style-type: none"> • Classificação de indicadores de acordo com a teoria da mudança • Definição de metas • Seleção de indicadores • Construção de indicadores (média, mediana, moda, desvio padrão, variância, razão, proporção, percentual, taxa) III) Monitoramento <ul style="list-style-type: none"> • Visão geral sobre monitoramento • Definição de metas • Plano de monitoramento • Fontes de dados primários, dados secundários • Uso de indicadores no monitoramento de políticas públicas 	1h30
UNIDADE 4: Tipos de avaliação	I) O que é avaliação II) Tipos de avaliação <i>ex ante</i> e <i>ex post</i> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação no ciclo da política pública • Tipos de avaliação • Avaliação de necessidades • Avaliação de desenho • Avaliação de implementação • Avaliação de resultados • Avaliação de impacto • Avaliação de custo-benefício e custo-efetividade • Avaliação executiva • Categorização a partir do propósito da avaliação: avaliação formativa e somativa • Metodologias para avaliação de políticas III) Plano de avaliação	4h30

Componente curricular do curso Evidências no Ciclo da Política Pública

Tópico	Bibliografia sugerida para o instrutor	Carga horária
UNIDADE 1: Conceitos de M&A e Ciclo da Política Pública		1h30
I) Política pública baseada em evidências	<ul style="list-style-type: none"> • BARROS, R. P. D. et al (2016) • BRASIL. Tribunal De Contas Da União (2021) • KRAFT, M. E; FURLONG, S. R. (2020) • *PARKHURST, J. (2017) • PEW-MACARTHUR RESULTS FIRST INITIATIVE (2014) • *SECCHI, L. L. (2014) • UNICEF/CLEAR AA (2020) 	20 min
II) O que é monitoramento, o que é avaliação e por que são importantes	<ul style="list-style-type: none"> • BETTER EVALUATION (s.d) • BETTER EVALUATION. What is Evaluation (s.d) • *BRASIL (2018a), vol. 1, p. 163-166* • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 14-15* • IJSN (2018a), v. 1, p. 17 - 20 • IJSN, (2018d), v.4, p. 18 – 20 • *KUSEK, J. Z.; RIST, R. C. (2004), p. 11-24 • MORRA-IMAS, L. G.; RIST, R. (2009), p. 7-47 • OCDE. (2002), p. 7-8; 12 • ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. (2003), Cap. 1, p. 12-37 <p>Como monitorar uma política pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IJSN, (2018b), v.2, p. 19 – 20 	35 min
II) Ciclo de política pública <ul style="list-style-type: none"> • O ciclo da política pública: identificação do problema, formulação da política, implementação, avaliação e tomada de decisão • Análise <i>ex ante</i> • Análise <i>ex post</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 11 -14 • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 14-15 • BRASIL. Tribunal de Contas da União (2021) • KRAFT, M. E; FURLONG, S. R. (2020), p. 157-177 • *LIMA, L.; PORTELA, A. (org). No prelo <p>O ciclo da política pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *SECCHI, L. (2014), capítulo 3 <p>Identificação do problema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CLEAR (2023), Cap. 1, p. 11-35 <p>Análise <i>ex ante</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 11-20 <p>Análise <i>ex post</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 29-34 	35 min
UNIDADE 2: Identificação do Problema, Teoria do Programa e Teoria da Mudança		2h30
I) Uso de evidências no diagnóstico do problema	<ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018a), vol. 1, p. 53-70 • *LIMA, L.; PORTELA, A. (org.). No prelo • SECCHI, L. (2014). Cap. 1 	1h
II) Desenho e teoria do programa <ul style="list-style-type: none"> • Modelo lógico • Desenho da política 	<ul style="list-style-type: none"> • BAKEWELL, O.; GARBUTT, A. (2005), p. 2-3 • *BRASIL (2018a), vol. 1, p. 71-92; 94-101 • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 139-174 • IJSN (2018a), v.1, p. 39-49 • ORTEGÓN, E.; PACHECO, J. F.; PRIETO, A. (2005), p. 13-28 • ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. (2003), Cap. 5, p. 120-149 	30 min

<p>III) Teoria da mudança</p> <ul style="list-style-type: none"> • Etapas da teoria da mudança • Discussão sobre riscos e hipóteses • Falhas na teoria e falhas na implementação 	<ul style="list-style-type: none"> • *LIMA, L.; PORTELA, A. (org.). No prelo • *MORRA-IMAS, L. G.; RIST, R. (2009), p.109-111; 141-180 • OCDE. (2002). p. 3; 4; 9; 10; 12 • PATTON, M. Q. (2014) • PROGRAM IN RURAL MONITORING AND EVALUATION (2018), p. 38-89 • Componentes: • BRASIL (2018a), vol. 1, Cap. 4. p. 94-100 	<p>1h</p>
UNIDADE 3: Indicadores e Plano de Monitoramento		1h30
<p>I) Introdução a indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição de indicador • Tipos de indicadores: quantitativos, qualitativos, unidimensionais, multidimensionais 	<ul style="list-style-type: none"> • *LIMA, L.; PORTELA, A. (org.). No prelo • OCDE (2002), p. 25 • *UNDP (2005), p. 33-44 	<p>30 min</p>
<p>II) Critérios para a seleção de indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Classificação de indicadores de acordo com a teoria da mudança • Definição de metas • Seleção de indicadores • Construção de indicadores (média, mediana, moda, desvio padrão, variância, razão, proporção, percentual, taxa) 	<ul style="list-style-type: none"> • GOERGENS; KUSEY (2010), p. 153-157; 179-181 • KUSEK, J. Z.; RIST, R. (2004), p. 65-79 • *LIMA, L.; PORTELA, A. (org.). No prelo • MORRA-IMAS, L. G.; RIST, R. (2009), p. 110-112; 121-127 • UNDP (2005), p. 45-60; 87-96 • WORLD BANK (2013), p. 28-29 	<p>30 min</p>
<p>III) Monitoramento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão geral sobre monitoramento • Definição de metas • Plano de monitoramento • Fontes de dados primários, dados secundários • Uso de indicadores no monitoramento de políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 164; 169 • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 58-62 • IJSN, v. 2 (2018b) • KUSEK, J. Z.; RIST, R. (2004), p. 80-89; 96-112 • *LIMA, L.; PORTELA, A. (org.). No prelo • MORRA-IMAS, L. G.; RIST, R. (2009), p. 121-127; 289-354 • ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E (2003), p. 150-200 	<p>30 min</p>

UNIDADE 4: Tipos de Avaliação		4h30
I) O que é avaliação	<ul style="list-style-type: none"> OCDE (2002), p. 21 	10 min
II) Tipos de avaliação <i>ex ante</i> e <i>ex post</i> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação no ciclo da política pública Tipos de avaliação <ul style="list-style-type: none"> Avaliação de necessidades Avaliação de desenho Avaliação de implementação Avaliação de resultados Avaliação de impacto Avaliação de custo-benefício e custo-efetividade Avaliação executiva Categorização a partir do propósito da avaliação: avaliação formativa e somativa Metodologias para avaliação de políticas 	Tipos de avaliação: <ul style="list-style-type: none"> BETTER EVALUATION (s.d) *BRASIL (2018a) vol. 1 *BRASIL (2018b) vol. 2 CHILE (2016) COMISSÃO EUROPEIA DHALIWAL, et al (2012) GERTLER. P. J.; et al (2018) IJSN, v.1 (2018a) IJSN, v. 3 (2018c) IJSN, v. 4 (2018d) J-PAL – ABDUL LATIF JAMEEL POVERTY ACTION LAB MENEZES FILHO, N.; PINTO, C. C. X. (2017) OIT (2012). p. 18 - 19/ 22- 25 ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. (2003), p. 120-149; 150-176 RUBIO, G. M. (2011) WATKINS, R.; WEST MEIERS, M.; VISSER, Y. L. (2012) Categorização a partir do propósito da avaliação: avaliação formativa e somativa: <ul style="list-style-type: none"> INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES (2011), p. 15-16 *MORRA-IMAS, L. G; RIST, R. C. (2009), p. 7-11 Metodologias para avaliação de políticas públicas: <ul style="list-style-type: none"> ALMEIDA, R. (2016) BABBIE, E. (1999) CDC (2020b) GIL, A. C. (2008) IPDET (2007) *LIMA, L.; PORTELA, A. (org.). No prelo McDONALD, B.; ROGERS, P. (2014) VAESSEN, J.; LEMIRE, S. BARBARA, B. (2020) 	4h
III) Plano de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> LIMA, L.; PORTELA, A. (org.). No prelo 	20 min
Apresentação final		
Elaboração de diagnóstico do problema, teoria da mudança, plano de monitoramento e plano de avaliação		A definir pelo Instrutor



Descrição

A avaliação de desenho auxilia gestores e técnicos a entenderem a lógica e a consistência do desenho do programa e/ou política avaliada, revisitando os pressupostos estabelecidos durante a fase de formulação. Esse tipo de avaliação também serve para verificar se os resultados e melhorias pretendidos pelo programa e/ou política estão sendo alcançados. O momento de avaliação conta com a observação do desenho de outras políticas similares e analisa se há espaço para complementaridade ou coincidências entre as políticas. O curso em avaliação de desenho apresenta conceitos e aplicações deste tipo de avaliação no contexto da gestão de políticas públicas baseadas em evidências.

Objetivo geral

- Compreender a função da avaliação de desenho e sua aplicação no contexto do ciclo da política pública.

Objetivos específicos de aprendizagem

- Entender o ciclo da política pública e a importância do uso de evidências em uma gestão orientada para resultados;
- Compreender a relevância de se realizar a adequada análise do diagnóstico do problema em uma avaliação *ex post* e o papel dessa etapa em um contexto *ex ante*;
- Compreender de que maneira a teoria da mudança pode ser utilizada pelos governos tanto em um contexto *ex post* quanto *ex ante*;
- Entender a importância de se fazer uma avaliação de desenho da política pública.

Público-alvo: Técnicos e gestores de governo

Nível: Básico

Pré-requisito: Nenhum

Carga horária: 16 horas (8h parte teórica + 8h parte prática)¹⁰

Atividade prática: Recomenda-se que a cada unidade introduzida seja feita uma atividade prática, individual ou em grupo, com duração igual ao tempo das aulas teóricas, a fim de fixar os conceitos e auxiliar a preparação dos trabalhos sugeridos que serão apresentados ao final curso.

¹⁰ Na carga horária total não é contabilizado o tempo para apresentação do trabalho final, uma vez que isso depende, dentre outros, do tamanho da classe bem como da dinâmica adotada.

Composição das unidades do curso Avaliação de Desenho

Unidade	Tópicos	Carga horária
UNIDADE 1: Evidências no ciclo de política pública	<p>I) Política pública baseada em evidência</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que é uma política pública • O que é uma evidência • Tomada de decisão, transparência e boas práticas <p>II) Ciclo de política pública</p> <ul style="list-style-type: none"> • O ciclo da política pública: identificação do problema, formulação da política, implementação, avaliação e tomada de decisão • Análise <i>ex ante</i> • Análise <i>ex post</i> <p>III) Monitoramento e avaliação de políticas públicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que é uma avaliação • Como monitorar uma política pública <p>IV) Por que é importante realizar uma avaliação de desenho</p>	2h
UNIDADE 2: Análise do diagnóstico do problema	<p>I) Identificação do problema</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceito e passo a passo • Razões para que o problema seja o alvo da intervenção • Revisitando e atualizando o problema <p>II) Árvore do problema e árvore de objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção e uso dos instrumentos 	2h
UNIDADE 3: Avaliação de desenho	<p>I) Conceito de avaliação de desenho</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que é uma avaliação de desenho <p>II) Passo a passo de uma avaliação de desenho</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução à teoria do programa, teoria da mudança, indicadores e recomendações <p>III) Teoria do programa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceito e formulação <p>IV) Teoria da mudança</p> <ul style="list-style-type: none"> • Etapas da teoria da mudança • Discussão sobre riscos e hipóteses • Falhas na teoria e falhas na implementação 	4h

Componente curricular do curso Avaliação de Desenho

Tópico	Bibliografia sugerida para o instrutor	Carga horária
UNIDADE 1: Evidências no Ciclo de Política Pública		2h
<p>I) Política pública baseada em evidência</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que é uma política pública • O que é uma evidência • Tomada de decisão, transparência e boas práticas 	<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Tribunal De Contas Da União (2021) • *PARKHURST, J. (2017) • PEW-MACARTHUR RESULTS FIRST INITIATIVE (2014) • *SECCHI, L. L. (2014) • UNICEF/CLEAR AA (2020) • O que é uma política pública: • KRAFT, M. E; FURLONG, S. R. (2020) • O que é uma evidência: • BARROS, R. P. D et al (2016) 	30 min
<p>II) Ciclo de política pública</p> <ul style="list-style-type: none"> • O ciclo da política pública: identificação do problema, formulação da política, implementação, avaliação e tomada de decisão • Análise <i>ex ante</i> • Análise <i>ex post</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 11 -14 • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 14-15 • BRASIL. Tribunal de Contas da União (2021) • KRAFT, M. E; FURLONG, S. R. (2020), p. 157-177 • *LIMA, L.; PORTELA, A. (org). No prelo <p>O ciclo da política pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *SECCHI, L. (2014), capítulo 3 <p>Identificação do problema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CLEAR (2023), Cap. 1, p. 11-35 <p>Análise <i>ex ante</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 11-20 <p>Análise <i>ex post</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 29-34 	30 min
<p>III) Monitoramento e avaliação de políticas públicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que é uma avaliação • Como monitorar uma política pública 	<ul style="list-style-type: none"> • BETTER EVALUATION (s.d) • BETTER EVALUATION. What is Evaluation (s.d) • *BRASIL (2018a), vol. 1, p. 163-166* • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 14-15* • IJSN (2018a), v. 1, p. 17 - 20 • IJSN, (2018d), v.4, p. 18 – 20 • *KUSEK, J. Z.; RIST, R. C. (2004), p. 11-24 • MORRA-IMAS, L. G.; RIST, R. (2009), p. 7-47 • OCDE. (2002), p. 7-8; 12 • ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. (2003), Cap. 1, p. 12-37 <p>Como monitorar uma política pública?</p> <ul style="list-style-type: none"> • IJSN, (2018b), v.2, p. 19 – 20 	30 min
<p>IV) Por que é importante realizar uma avaliação de desenho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, Cap. 4. p. 93-110 • BRASIL (2018b), vol. 2, Cap. 5. p. 139-174 	30 min

UNIDADE 2: Análise do Diagnóstico do Problema		2h
I) Identificação do problema <ul style="list-style-type: none"> • Conceito e passo a passo • Razões para que o problema seja o alvo da intervenção • Revisitando e atualizando o problema 	<ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL, (2018a), vol. 1, Cap. 2. p. 53-69 • *BRASIL, (2018b), vol. 2, Cap. 4. p. 105-138 • IJSN (2018a), v. 1, p. 11-35 • ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. (2003), Cap. 4, p. 12-37 	1h
II) Árvore do problema e árvore de objetivos <ul style="list-style-type: none"> • Construção e uso dos instrumentos 	<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, Cap. 2. p. 53-69 • BRASIL (2018b), vol. 2, Cap. 4. p. 105-138 Árvore do Problema: <ul style="list-style-type: none"> • *CLEAR (2023), p. 32 	1h
UNIDADE 3: Avaliação de Desenho		4h
I) Conceito de avaliação de desenho <ul style="list-style-type: none"> • O que é uma avaliação de desenho 	<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, Cap. 3. p. 71-92 • *BRASIL (2018b), vol. 2, Cap. 5. p. 139-174 • IJSN (2018d), v. 4, p. 23-39 • ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. (2003), Cap. 5, p. 120-149 	1h
II) Passo a passo de uma avaliação de desenho <ul style="list-style-type: none"> • Introdução à teoria do programa, teoria da mudança, indicadores e recomendações 	<ul style="list-style-type: none"> • IJSN (2018d), v. 4, p. 23-39 • ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. (2003), Cap. 5, p. 120-149 Introdução à teoria do programa, teoria da mudança, indicadores e recomendações: <ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018b), vol. 2, Cap. 5. p. 139-174 	1h
III) Teoria do programa <ul style="list-style-type: none"> • Conceito e formulação 	<ul style="list-style-type: none"> • BAKEWELL, O.; GARBUTT, A. (2005), p. 2-3 • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 71-92; 94-101 • *BRASIL (2018b), vol. 2, Cap. 5. p. 139-174 • IJSN (2018a), v. 1, p. 39-49 • ORTEGÓN, E.; PACHECO, J. F.; PRIETO, A. (2005), p. 13-28 • ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. (2003), Cap. 5, p. 120-149 	1h
iv) Teoria da mudança <ul style="list-style-type: none"> • Etapas da teoria da mudança • Discussão sobre riscos e hipóteses <ul style="list-style-type: none"> ○ Falhas na teoria e falhas na implementação 	<ul style="list-style-type: none"> • *LIMA, L.; PORTELA, A. (org.). No prelo • *MORRA-IMAS, L. G.; RIST, R. (2009), p.109-111; 141-180 • OCDE. (2002). p. 3; 4; 9; 10; 12 • PATTON, M. Q. (2014) PROGRAM IN RURAL MONITORING AND EVALUATION (2018), p. 38-89 Componentes: <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, Cap. 4. p. 94-100 	1h
Apresentação final		
Elaboração da teoria do programa e da teoria da mudança		A definir pelo instrutor



Descrição

A avaliação executiva é um tipo de avaliação *ex post* cuja principal característica é a rapidez. Logo, torna-se apropriada em contextos dinâmicos que exigem uma tomada rápida de decisão, pois expõe um panorama geral de informações sobre o estado atual da política ou programa, a fim de identificar potenciais pontos de aprimoramento. O curso em Avaliação Executiva apresenta conceitos, tipos e aplicações deste tipo de avaliação no contexto da gestão de políticas públicas baseadas em evidências.

Objetivo geral

- Compreender a função da avaliação executiva e sua aplicação no contexto do ciclo da política pública.

Objetivos específicos de aprendizagem

- Compreender as definições de avaliação executiva e sua relação com as etapas do ciclo da política pública;
- Identificar os diferentes formatos e conteúdos de uma avaliação executiva bem como a versatilidade de seu uso;
- Conhecer ferramentas e métodos para se realizar uma avaliação executiva;
- Aprender a planejar uma avaliação executiva.

Público-alvo: Técnicos e gestores de governo

Nível: Básico

Pré-requisito: Nenhum

Carga horária: 20 horas (10h parte teórica + 10h parte prática)¹¹

Atividade prática: Recomenda-se que a cada unidade introduzida seja feita uma atividade prática, individual ou em grupo, com duração igual ao tempo das aulas teóricas, a fim de fixar os conceitos e auxiliar a preparação dos trabalhos sugeridos que serão apresentados ao final curso.

¹¹ Na carga horária total não é contabilizado o tempo para apresentação do trabalho final, uma vez que isso depende, dentre outros, do tamanho da classe bem como da dinâmica adotada.

Composição das unidades do curso Avaliação Executiva

Unidade	Tópicos	Carga horária
UNIDADE 1: Introdução à avaliação executiva	<p>I) Introdução à avaliação executiva: objetivos, usos e usuários</p> <p>II) O que é monitoramento, o que é avaliação e porque são importantes</p> <p>III) O modelo do ciclo da política pública</p> <p>IV) Tipos de avaliação no ciclo da política pública</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de necessidades • Avaliação de desenho • Avaliação de processos/implementação • Avaliação de resultados • Avaliação de impacto • Avaliação executiva 	2h
UNIDADE 2: Modelos, dimensões e usos da avaliação executiva	<p>I) Definição das dimensões e questões de análise no ciclo da política pública</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise do diagnóstico do problema <ul style="list-style-type: none"> ○ Identificação do problema ○ Árvore do problema ○ Árvore de objetivos • Análise do desenho <ul style="list-style-type: none"> ○ Teoria do programa ○ Teoria da mudança • Análise de processos/implementação <ul style="list-style-type: none"> ○ Monitoramento e plano de monitoramento ○ Definição e análise de indicadores a partir da teoria da mudança • Análise de resultados <ul style="list-style-type: none"> ○ Identificação dos resultados esperados pelo programa ○ Planejamento da análise dos resultados ○ Elaboração de evidências a partir da análise de resultados <p>II) Exemplos de modelos de avaliações executivas em governos nacionais e subnacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelos de avaliação executiva: estruturado e semiestruturado/flexível • Exemplos de modelos de avaliação executiva <ul style="list-style-type: none"> ○ Estruturado (exemplos: Ceará e México) ○ Semiestruturado/flexível (exemplo: África do Sul) <p>III) Usos das recomendações da avaliação executiva na administração pública</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise SWOT • Orientações para a redação e uso de recomendações • Exemplos de recomendações de avaliações executivas 	4h
UNIDADE 3: Metodologias aplicadas à avaliação executiva	<p>I) Estratégias metodológicas: exemplos de métodos e boas práticas aplicadas à avaliação executiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Métodos para avaliações (geral) • Metodologias aplicadas à avaliação executiva • Boas práticas metodológicas aplicadas à avaliação executiva 	4h

Componente curricular do curso Avaliação Executiva

Tópico	Bibliografia sugerida para o instrutor	Carga horária
UNIDADE 1: Introdução à Avaliação Executiva		2h
I) Introdução à avaliação executiva: objetivos, usos e usuários	<ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 55-74 • *IJSN (2018c), v. 3 • SOUTH AFRICA (2020) • TWENDE MBELE (2021) • UNICEF/CLEAR (2019), p. 33-34 • WILLIAMS, E. (2022) • WORLD BANK (2009) 	30 min
II) O que é monitoramento, o que é avaliação e por que são importantes	<ul style="list-style-type: none"> • BETTER EVALUATION. Monitoring (s.d) • BETTER EVALUATION. What is Evaluation (s.d) • *BRASIL (2018a), vol. 1, p. 163-166 • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 14-15 • IJSN (2018a), v. 1, p.17-20 • IJSN (2018b), v. 2, p. 19 - 20 • IJSN (2018d), v. 4, p. 18-20 • *KUSEK, J. Z.; RIST, R.C. (2004), p. 11-24 • MORRA-IMAS, L. G; RIST, R. C. (2009), Cap. 1. p. 7-47 • OCDE (2002), p. 7-8; 12 • ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. (2003) 	30 min
III) O modelo do ciclo da política pública	<ul style="list-style-type: none"> • BARROS, R. P. D et al (2016) • *BRASIL (2018a), vol. 1, p. 11-20 • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 29-34 • BRASIL. Tribunal de Contas da União (2021) • KRAFT, M. E; FURLONG, S. R. (2020), p. 157-177 • PARKHURST, J. (2017) • *SECCHI, L. (2014), Cap. 3 • UNICEF/CLEAR AA (2020) 	30 min
IV) Tipos de avaliação no ciclo da política pública	<p>Avaliação de necessidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • WATKINS, R.; WEST MEIERS, M.; VISSER, Y. L. (2012) <p>Avaliação de desenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 139-174 • CHILE (2016) • IJSN, v. 4 (2018d), p. 23-40 <p>Avaliação de processos/ implementação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 175-214 • IJSN, v. 4 (2018d), p. 41-56 <p>Avaliação de resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 241-260 <p>Avaliação de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018b) vol. 2, p. 161-290 • GERTLER. P. J.; et al (2011) • IJSN, v. 4 (2018d), p. 57-100 • *MENEZES FILHO, N.; PINTO, C. C. X. (2017) <p>Avaliação de custo-benefício:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 291-298 • IJSN, v. 4 (2018d), p. 101-118 <p>Avaliação executiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 55-104 • IJSN, v. 3 (2018c) 	30 min

UNIDADE 2: Modelos, Dimensões e Usos da Avaliação Executiva		4h
<p>I) Definição das dimensões e questões de análise no ciclo da política pública</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise do diagnóstico do problema <ul style="list-style-type: none"> ○ Identificação do problema ○ Árvore do problema ○ Árvore de objetivos • Análise do desenho <ul style="list-style-type: none"> ○ Teoria do programa ○ Teoria da mudança • Análise de processos/implementação <ul style="list-style-type: none"> ○ Monitoramento e plano de monitoramento ○ Definição e análise de indicadores a partir da teoria da mudança • Análise de resultados <ul style="list-style-type: none"> ○ Identificação dos resultados esperados pelo programa ○ Planejamento da análise dos resultados ○ Elaboração de evidências a partir da análise de resultados 	<p>Análise do diagnóstico do problema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 53-68 • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 56-58/105-138 • FJP (2021), p. 20-25 • IJSN (2018c), v. 3, p.29-36 <p>Análise do desenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 93-100 • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 58 – 62 • IJSN (2018c), v. 3, p.37-42 <p>Análise de processos/implementação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 164,169 • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 62 – 63 • IJSN (2018c), v. 3, p.43-48* <p>Análise de resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018a), vol. 1, p. 64 – 65 • IJSN (2018c), v. 3, p.55-60 	1h
<p>II) Exemplos de modelos de avaliações executivas em governos nacionais e subnacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelos de avaliação executiva: estruturado e semiestruturado/flexível • Exemplos de modelos de avaliação executiva <ul style="list-style-type: none"> ○ Estruturado (Ceará e México) ○ Semiestruturado/flexível (África do Sul) 	<p>Modelos de avaliação executiva: estruturado e semiestruturado/flexível:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 55-74 • CHILE [s.d.] • CONEVAL (2021) • ESTADOS UNIDOS [s.d.] • *IJSN (2018c), v. 3 • *MINAS GERAIS, (2011), p. 11-12 <p>Exemplos de modelos de avaliação executiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018b), vol. 2, p. 75-102 • *CEARÁ (2019) • CHILE (2012) • CONEVAL (2011) • SOUTH AFRICA (2021) 	2h
<p>III) Usos das recomendações da avaliação executiva na administração pública</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise SWOT • Orientações para a redação e uso de recomendações • Exemplos de recomendações de avaliações executivas 	<p>Análise SWOT:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 108,109 • *IJSN (2018c), v. 3, p. 61 – 66 <p>Orientações para a redação e uso de recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 73 • CONEVAL (2017) • FEINSTEIN (2019) • *IJSN (2018c), v. 3, p. 67 -72 <p>Exemplos de recomendações de avaliações executivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *CEARÁ (2019), p. 45 • SOUTH AFRICA (2021), p. VI; 34 	1h

UNIDADE 3: Metodologias Aplicadas à Avaliação Executiva		4h
<p>I) Estratégias metodológicas: exemplos de métodos e boas práticas aplicadas à avaliação executiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Métodos para avaliações (geral) • Metodologias aplicadas à avaliação executiva • Boas práticas metodológicas aplicadas à avaliação executiva 	<p>Métodos para avaliações (geral):</p> <ul style="list-style-type: none"> • *ALMEIDA, R. (2016) • BABBIE, E. (1999) • CDC (2020b) • *GIL, A. C. (2008) • IPDET (2007) • LIMA, L.; PORTELA, A. (org.). No prelo • McDONALD, B.; ROGERS, P. (2014) • PATTON (2014) • VAESSEN, J.; LEMIRE, S. BARBARA, B. (2020) <p>Metodologias aplicadas à avaliação executiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *IJSN (2018c), vol. 3, p. 75-78 • SOUTH AFRICA (2020) <p>Boas práticas metodológicas aplicadas à avaliação executiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • *IJSN (2019) • INSTITUTO VEREDAS (2020) • SOUTH AFRICA (2021) 	4h
Apresentação final		
Elaboração de plano de avaliação executiva		A definir pelo Instrutor



Descrição

A avaliação de implementação é um tipo de avaliação *ex post* que tem como objetivo identificar se a política está sendo executada em conformidade com o seu desenho. Para tanto, analisa se a relação entre insumos, processos e produtos ocorre de acordo com o que se espera da política, com vistas a implementar melhorias. Neste sentido, este curso apresenta conceitos, objetivo e usos e orienta as etapas para realizar uma avaliação de implementação.

Objetivo geral

- Evidenciar como o processo de implementação de uma política pública pode determinar os resultados alcançados.

Objetivos específicos de aprendizagem

- Identificar os conceitos, objetivos e usos da avaliação de implementação;
- Diferenciar a avaliação de implementação de outros tipos de avaliação;
- Elaborar perguntas para uma avaliação de implementação;
- Preparar o plano de avaliação.

Público-alvo: Técnicos e gestores de governo

Nível: Intermediário

Pré-requisito: Conhecimento prévio sobre teoria da mudança, métodos qualitativos e quantitativos

Carga horária: 22 horas (11h parte teórica + 11h parte prática)¹²

Atividade prática: Recomenda-se que a cada unidade introduzida seja feita uma atividade prática, individual ou em grupo, com duração igual ao tempo das aulas teóricas, a fim de fixar os conceitos e auxiliar a preparação dos trabalhos sugeridos que serão apresentados ao final curso.

¹² Na carga horária total não é contabilizado o tempo para apresentação do trabalho final, uma vez que isso depende, dentre outros, do tamanho da classe bem como da dinâmica adotada.

Composição das unidades do curso Avaliação de Implementação

Unidade	Tópicos	Carga horária
UNIDADE 1: Avaliação de implementação	I) O que é avaliação de implementação II) Por que a avaliação de implementação é importante III) Ciclo da política pública e tipos de avaliação	1h
UNIDADE 2: Teoria da mudança e avaliação de implementação	I) Análise da implementação a partir da teoria da mudança II) O que diferencia a avaliação de implementação da avaliação de resultados III) Componentes da avaliação <ul style="list-style-type: none"> • Desenho da intervenção • Aspectos da implementação • Processos e estruturas institucionais • A influência de fatores externos <ul style="list-style-type: none"> ○ Local, regional e global ○ Econômico, político, institucional e cultural IV) Perguntas da avaliação de implementação	2h
UNIDADE 3: Plano de avaliação	I) Planejamento da avaliação de implementação <ul style="list-style-type: none"> • Plano de avaliação • Métodos de coleta de dados • Matriz avaliativa II) Realização da avaliação <ul style="list-style-type: none"> • Análise dos dados • Elaboração do relatório • Uso dos resultados 	4h
UNIDADE 4: Estudo de caso	I) Exemplos de planos de avaliação de implementação	1h
UNIDADE EXTRA: Incorporando a avaliação de implementação na avaliação de impacto	I) Por que e como incorporar a avaliação de implementação na avaliação de impacto II) Integrando o problema de pesquisa, objetivos e perguntas III) Três cenários em que as avaliações de implementação são integradas às avaliações de impacto <ul style="list-style-type: none"> • Retrospectivo: após a implementação de uma intervenção • Antes e após a finalização da intervenção • Durante a intervenção IV) A aplicação das diferentes ferramentas e técnicas para avaliações integradas de implementação/impacto	3h

Componente curricular curso avaliação de implementação

Tópico	Bibliografia sugerida para o instrutor	Carga horária
UNIDADE 1: Avaliação de Implementação		1h
I) O que é avaliação de implementação	<ul style="list-style-type: none"> • DIXON, V.; BAMBERGER, M. (2022), p. 1-3 • MOORE, G. et al (2015), p. 10 	10 min
II) Por que a avaliação de implementação é importante	<ul style="list-style-type: none"> • MOORE, G. et al (2015), p. 09 e 19 	10 min
III) Ciclo da política pública e tipos de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • BARROS, R. P. D et al (2016) • BETTER EVALUATION (s.d) • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 11-20 • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 29-34 • CDC [s.d.], Types of evaluation • CHILE (2016) • COMISSÃO EUROPEIA (2001) • DHALIWAL, I. et al (2012) • GERTLER. P. J. et al (2018) • IJSN (2018a), v. 1 • IJSN (2018c), v. 3 • IJSN (2018d), v.4 • INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSSAND RED CRESCENT SOCIETIES (2011), p. 15-16 • PARKHURST, J. (2017) • *SECCHI, L. (2014) • UNICEF/CLEAR AA (2020) 	40min
UNIDADE 2: Teoria da Mudança e Avaliação de Implementação		2h
I) Análise da implementação a partir da teoria da mudança	<ul style="list-style-type: none"> • MOORE, G. et al (2015), p. 31-45 	30min
II) O que diferencia a avaliação de implementação da avaliação de resultados	<ul style="list-style-type: none"> • BOOTHROYD, R. A (2018) 	15min
III) Componentes da avaliação <ul style="list-style-type: none"> • Desenho da intervenção • Aspectos da implementação • Processos e estruturas institucionais • A influência de fatores externos <ul style="list-style-type: none"> ○ Local, regional e global ○ Econômico, político, institucional e cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • MOORE, G. et al (2015), p. 6 	1h
IV) Perguntas da avaliação de implementação	<ul style="list-style-type: none"> • CDC (2018) 	15min
UNIDADE 3: Plano de Avaliação		4h
I) Planejamento da avaliação de implementação <ul style="list-style-type: none"> • Plano de avaliação • Métodos de coleta de dados • Matriz avaliativa 	<ul style="list-style-type: none"> • *MOORE, G. et al (2015), p. 11-13; 50-57 • *MOORE, G. et al (2015), p. 13-15; 57-61 • *MOORE, G. et al (2015), p. 86-89 	2h30

II) Realização da avaliação <ul style="list-style-type: none"> Análise dos dados Elaboração do relatório Uso dos resultados 	<ul style="list-style-type: none"> *MOORE, G. et al (2015), p. 62-76 *MOORE, G. et al (2015), p. 81-85 	1h30
UNIDADE 4: Estudo de Caso		1h
I) Exemplo de planos de avaliação de implementação	<ul style="list-style-type: none"> MOORE, G. et al (2015), p. 90-129 	1h
UNIDADE EXTRA: Incorporando a Avaliação de Implementação na Avaliação de Impacto		3h
I) Por que e como incorporar a avaliação de implementação na avaliação de impacto	<ul style="list-style-type: none"> DIXON, V.; BAMBERGER, M. (2022), p. 36-63 	30min
II) Integrando o problema de pesquisa, objetivos e perguntas	<ul style="list-style-type: none"> DIXON, V.; BAMBERGER, M. (2022), p. 37-39 	30min
III) Três cenários em que as avaliações de implementação são integradas às avaliações de impacto <ul style="list-style-type: none"> Retrospectivo: após a implementação de uma intervenção Antes e após a finalização da intervenção Durante a intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> DIXON, V.; BAMBERGER, M. (2022), p. 39-44 	1h
IV) Aplicação das diferentes ferramentas e técnicas para avaliações integradas de implementação/impacto	<ul style="list-style-type: none"> DIXON, V.; BAMBERGER, M. (2022), p. 56-62 	1h
Apresentação final		
Plano de avaliação de implementação		A definir pelo Instrutor



Descrição

A Avaliação de Impacto é um tipo de avaliação *ex post*, cujo foco é identificar uma relação específica de causa e efeito entre o programa ou política avaliada e um resultado de interesse. Este tipo de avaliação busca, portanto, identificar o efeito causal de uma intervenção, ou seja, quais mudanças podem ser atribuídas ao programa ou política e não a fatores externos. Este curso traz conceitos introdutórios em avaliação de impacto e seus métodos, trata sobre a gestão baseada em evidência e o papel da avaliação de impacto na política pública.

Objetivo geral

- Fortalecer a capacitação em conceitos básicos sobre avaliação de impacto de políticas públicas no contexto da gestão baseada em evidências, bem como auxiliar na compreensão, acompanhamento e interpretação de uma avaliação de impacto executada por especialistas.

Objetivos específicos de aprendizagem

- Conhecer os tipos de perguntas que as avaliações de impacto podem responder e sua importância no contexto de tomada de decisão baseada em evidências;
- Compreender os principais conceitos relacionados à avaliação de impacto e seu papel no ciclo de políticas públicas;
- Familiarizar-se com ferramentas e técnicas para medir e avaliar o desempenho de políticas públicas;
- Entender conceitos básicos de métodos experimentais e não experimentais de avaliações de impacto;
- Capacitar-se para acompanhar a elaboração de um plano de avaliação e para escolha de método mais adequado.

Público-alvo: Técnicos e avaliadores de governo

Nível: Intermediário

Pré-requisito: Estatística básica

Carga horária: 32 horas (16h parte teórica + 16h parte prática)¹³

Atividade prática: Recomenda-se que a cada unidade introduzida seja feita uma atividade prática, individual ou em grupo, com duração igual ao tempo das aulas teóricas, a fim de fixar os conceitos e auxiliar a preparação dos trabalhos sugeridos que serão apresentados ao final curso.

¹³ Na carga horária total não é contabilizado o tempo para apresentação do trabalho final, uma vez que isso depende, dentre outros, do tamanho da classe bem como da dinâmica adotada.

Composição das unidades do curso Introdutório em Avaliação de Impacto

Unidade	Tópicos	Carga horária
UNIDADE 1: Avaliação de impacto na gestão com base em evidência	I) Política pública baseada em evidências e o modelo do ciclo da política pública II) Tipos de avaliação no ciclo da política pública III) Definição de avaliação de impacto e relação com outros tipos de avaliação	2h
UNIDADE 2: Causalidade e o conceito de contrafactual	I) Identificação de causalidade II) Conceito de contrafactual <ul style="list-style-type: none"> • Definição de grupos de tratamento e controle/comparação • Condições gerais para um grupo de comparação adequado III) Introdução aos métodos de avaliação de impacto <ul style="list-style-type: none"> • Métodos experimentais • Métodos não-experimentais 	2h
UNIDADE 3: Método experimental	I) Definição e procedimentos do método experimental <ul style="list-style-type: none"> • Aleatorização • Procedimentos • Questões éticas 	2h
UNIDADE 4: Métodos não-experimentais	I) Principais métodos não-experimentais de seleção em observáveis <ul style="list-style-type: none"> • Seleção em observáveis • Método de pareamento II) Principais métodos não-experimentais de seleção em não observáveis <ul style="list-style-type: none"> • Método de diferenças em diferenças • Método de regressão descontínua III) Conceitos básicos de outros métodos não-experimentais <ul style="list-style-type: none"> • Variável instrumental • Controle sintético 	5h
UNIDADE 5: Análise de retorno econômico e social	I) Por que realizar análise de retorno econômico <ul style="list-style-type: none"> • Valor presente • Custo-benefício • Monetização • Custo-efetividade 	1h
UNIDADE 6: Etapas para implementar uma avaliação de impacto	I) Escolha do método <ul style="list-style-type: none"> • Validade interna e externa • Vantagens, desvantagens e adequação dos métodos • Questões éticas das avaliações de impacto II) Planejamento e gestão da avaliação <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcerias • Gerenciar orçamento e equipe • Coletar e disponibilizar dados • Tipos de dados para avaliações de impacto III) Disseminação e uso dos resultados <ul style="list-style-type: none"> • Cultura de uso de evidências em políticas públicas • Importância da transparência no processo de avaliação e de divulgação de resultados 	4h

Componente curricular do curso Introdutório em Avaliação de Impacto

Tópico	Bibliografia sugerida para o instrutor	Carga horária
UNIDADE 1: Avaliação de Impacto na Gestão com Base em Evidência		2h
I) Política pública baseada em evidências e o modelo do ciclo da política pública	<ul style="list-style-type: none"> • BARROS, R. P. D et al (2016) • BRASIL. Tribunal De Contas Da União (2021) • *KRAFT, M. E; FURLONG, S. R. (2020) • PARKHURST, J. (2017) • PEW-MACARTHUR RESULTS FIRST INITIATIVE (2014) • *SECCHI, L. L. (2014) • UNICEF/CLEAR AA (2020) 	40 min
II) Tipos de avaliação no ciclo da política pública	<ul style="list-style-type: none"> • *BETTER EVALUATION (s.d) • *BRASIL (2018a), vol. 1, p. 11-20; 29-34 • *BRASIL, (2018b) vol. 2 • CHILE (2016) • COMISSÃO EUROPEIA (2001) • DHALIWAL, I. et al (2012) • GERTLER. P. J. et al (2018) • IJSN (2018a), v. 1 • IJSN (2018c), v. 3 • IJSN (2018d), v. 4 • OIT (2012), p. 18-19; 22-25 	40 min
III) Definição de avaliação de impacto e relação com outros tipos de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • *BETTER EVALUATION. Impact Evaluation (s.d) • *BRASIL, (2018b), vol. 2, Capítulo 10 • GERTLER. P. J. et al (2018), Capítulos 1 e 2 • MENEZES FILHO, N; PINTO, C. C. X (org.), (2017), Capítulo 1 	40 min
UNIDADE 2: Causalidade e o Conceito de Contrafactual		2h
I) Identificação de causalidade	<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018b), vol. 2, Capítulo 9 • *GERTLER. P. J. et al (2018), Capítulo 3 • *MENEZES FILHO, N; PINTO, C. C. X (org.), (2017), Capítulos 2 e 3 	40 min
II) Conceito de contrafactual <ul style="list-style-type: none"> • Definição de grupos de tratamento e controle/comparação • Condições gerais para um grupo de comparação adequado 	<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL (2018b), vol. 2, Capítulo 9 • *GERTLER. P. J. et al (2018), Capítulos 3 e 4 • *MENEZES FILHO, N; PINTO, C. C. X (org.), (2017) Capítulo 2 e 3 • ROGERS, P. (2014) 	40 min
III) Introdução aos métodos de avaliação de impacto <ul style="list-style-type: none"> • Métodos experimentais • Métodos não-experimentais 	<ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL, (2018b), vol. 2, Capítulo 9 • *IJSN (2018d), vol. 4, Capítulo 4 • WHITE, H.; SABARWAL, S (2014) 	40 min
UNIDADE 3: Método Experimental		2h
I) Definição e procedimentos do método experimental <ul style="list-style-type: none"> • Aleatorização • Procedimentos • Questões éticas 	<ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018b), vol. 1, Capítulo 9 • CARTER, M.; LAAJAJ, R.; YANG, D. (2019) • DUFLO, E.; GLENNERSTER, R.; KREMER, M. (2008) • *GERTLER. P. J. et al (2018), Capítulo 4 • *MENEZES FILHO, N; PINTO, C. C. X (org.), (2017), Capítulos 2 e 3 • WHITE, H., SABARWAL, S.; T. DE HOOP, (2014) 	2h

UNIDADE 4: Métodos Não-Experimentais		5h
I) Principais métodos não-experimentais de seleção em observáveis <ul style="list-style-type: none"> • Seleção em observáveis • Método de pareamento 	<ul style="list-style-type: none"> • *GERTLER. P. J. et al (2018), Capítulo 8 • HEDGE, R. E BULL, G.Q., 2011 • *MENEZES FILHO, N; PINTO, C. C. X (org.), (2017), Capítulo 5 	2h
II) Principais métodos não-experimentais de seleção em não observáveis <ul style="list-style-type: none"> • Método de diferenças em diferenças • Método de regressão descontínua 	<ul style="list-style-type: none"> • BERTHÉLEMY, J. C., DOUBLIEZ, V.; THUILLIEZ, J. (2015). • DYKSTRA, S., GLASSMAN, A., KENNY, C., & SANDEFUR, J. (2019). • *GERTLER. P. J. et al (2018), Capítulos 6 e 7 • *MENEZES FILHO, N; PINTO, C. C. X (org.), (2017), Capítulos 4 e 7 	2h
III) Conceitos básicos de outros métodos não-experimentais <ul style="list-style-type: none"> • Variável instrumental • Controle sintético 	<ul style="list-style-type: none"> • ABADIE, A; DIAMOND, A; HAINMUELLER, J. (2010). • ABADIE, A.; DIAMOND, A.; HAINMUELLER, J. (2015). • *MENEZES FILHO, N; PINTO, C. C. X (org.), (2017), Capítulo 6 • *MENEZES FILHO, N; PINTO, C. C. X (org.), (2017), Capítulo 4, p. 105 • NDIAYE, M. F. (2020) 	1h
UNIDADE 5: Análise de Retorno Econômico e Social		1h
I) Por que realizar análise de retorno econômico <ul style="list-style-type: none"> • Valor presente • Custo-benefício • Monetização • Custo-efetividade 	<ul style="list-style-type: none"> • *BRASIL (2018b) vol. 2, Capítulo 10 • *IJSN (2018d), vol. 4, Capítulo 5 • MENEZES FILHO, N; PINTO, C. C. X (org.), (2017), (2017), Capítulo 8 	1h
UNIDADE 6: Etapas para Implementar uma Avaliação de Impacto		4h
I) Escolha do método <ul style="list-style-type: none"> • Validade interna e externa • Vantagens, desvantagens e adequação dos métodos • Questões éticas das avaliações de impacto 	<ul style="list-style-type: none"> • ANDREWS, I.; OSTER, E.2019 • ATHEY, S.; IMBENS, G. W. (2017a, Cap.2); (2017b, p. 14) • *GERTLER. P. J. et al (2018), Capítulos 9, 11 e 13 • *IJSN (2018d), vol. 4, Capítulo 4 	1h30
II) Planejamento e gestão da avaliação <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcerias • Gerenciar orçamento e equipe • Coletar e disponibilizar dados • Tipos de dados para avaliações de impacto 	<ul style="list-style-type: none"> • ACT (2010), Capítulo 5 • *BRASIL (2018b), vol. 2, Capítulo 9 • *GERTLER. P. J. et al (2018), Capítulo 16 • HM TREASURY (2020), Capítulo 5 • HORN, J. (2001). • NSW (2016), Capítulo 5 • STUFFLEBEAM, D. L. (1999). • UN ESCAP (2010), Capítulo 3 	1h30
III) Disseminação e uso dos resultados <ul style="list-style-type: none"> • Cultura de uso de evidências em políticas públicas • Importância da transparência no processo de avaliação e de divulgação de resultados 	<ul style="list-style-type: none"> • FEINSTEIN, O. (2019) • *GERTLER. P. J. et al (2018), Capítulo 14 • HM TREASURY (2020), Capítulo 6 • NSW (2016), Capítulo 6 • UN ESCAP (2010), Capítulo 3 	1h
Apresentação final		
Plano de avaliação de impacto		A definir pelo Instrutor



Descrição

A mensuração do retorno econômico e social é um tipo de análise *ex ante* que auxilia o formulador da política pública na elaboração de hipóteses acerca dos benefícios. É a partir disso que o formulador conseguirá analisar os custos e benefícios da proposta e evidenciar se os benefícios superam os custos. Para tanto, é comum a utilização da abordagem de custo-benefício e custo-efetividade. Diante disso, este curso apresenta a importância de se analisar os custos e benefícios da política pública do ponto de vista econômico e social.

Objetivo geral

- Evidenciar a relevância de se mensurar o retorno econômico e social de uma política pública.

Objetivos específicos de aprendizagem

- Identificar a necessidade de uma análise de retorno econômico;
- Entender a definição de custo-benefício;
- Entender a definição de custo-efetividade;
- Aprender a fazer uma análise de retorno econômico.

Público-alvo: Avaliadores de governo

Nível: Intemediário

Pré-requisito: Matemática e estatística básicas e curso de avaliação de impacto fortemente recomendado

Carga horária: 20 horas (10h parte teórica + 10h parte prática)¹⁴

Atividade prática: Recomenda-se que a cada unidade introduzida seja feita uma atividade prática, individual ou em grupo, com duração igual ao tempo das aulas teóricas, a fim de fixar os conceitos e auxiliar a preparação dos trabalhos sugeridos que serão apresentados ao final curso.

¹⁴ Na carga horária total não é contabilizado o tempo para apresentação do trabalho final, uma vez que isso depende, dentre outros, do tamanho da classe bem como da dinâmica adotada.

Composição das unidades do curso Análise de Retorno Econômico

Unidade	Tópicos	Carga horária
UNIDADE 1: Fundamentos da avaliação de retorno econômico e social	I) Introdução à avaliação de retorno econômico e social <ul style="list-style-type: none"> • Conceito • Importância da comparação de projetos e relação com outros tipos de avaliação II) Custos de projetos <ul style="list-style-type: none"> • Custo contábil • Custo de oportunidade III) Monetização de benefícios sociais <ul style="list-style-type: none"> • Conceito de benefício social/público • Hipóteses e desafios de atribuir valor monetário a benefícios IV) Importância do tempo na avaliação de projetos <ul style="list-style-type: none"> • Valor presente • Valor futuro • Taxa de desconto intertemporal 	5h
UNIDADE 2: Medidas de retorno econômico	I) Indicadores de viabilidade econômica, benefício presente líquido e Taxa Interna de Retorno- TIR II) Análise de custo-benefício III) Análise de custo-efetividade IV) Incerteza e análise de sensibilidade	5h

Componente curricular do curso Análise de Retorno Econômico

Tópico	Bibliografia sugerida para o instrutor	Carga horária
UNIDADE 1: Fundamentos da Avaliação de Retorno Econômico e Social		5h
I) Introdução à avaliação de retorno econômico e social <ul style="list-style-type: none"> • Conceito • Importância da comparação de projetos e relação com outros tipos de avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> • BETTER EVALUATION. Cost-benefit analysis (s.d) • BRASIL (2018a), vol. 1, p. 173-175 • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 291-292 • SROI NETWORK (2012), p. 8-13 • THE NEW ECONOMIC FOUNDATION- NEF (2008), p. 04-06 	1h
II) Custos de projetos <ul style="list-style-type: none"> • Custo contábil • Custo de oportunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • BOARDMAN et al. (2018), p. 511-536 • MISHAN, E.J.; QUAH, E. (2007), p. 21-55 • PEIXOTO, B. (2017), p. 200-202 	1h
III) Monetização de benefícios sociais <ul style="list-style-type: none"> • Conceito de benefício social/público • Hipóteses e desafios de se atribuir valor monetário a benefícios 	<ul style="list-style-type: none"> • BETTER EVALUATION. Social Return on Investment (s.d) • SROI NETWORK (2012), p. 28-45 • PEIXOTO, B (2017), p. 196-200 	1h30
IV) Importância do tempo na avaliação de projetos <ul style="list-style-type: none"> • Valor presente • Valor futuro • Taxa de desconto intertemporal 	<ul style="list-style-type: none"> • A GUIDE TO SOCIAL RETURN ON INVESTMENT (2012), p. 66-68 • BRASIL (2018b), vol. 2, p. 293-294 • CONESA, J. C.; GARRIGA, C. (2013) • PEIXOTO, B. (2017), p. 204-205 • THE NEW ECONOMIC FOUNDATION- NEF (2008), p. 37-39 • ZHUANG, J., LIANG, Z., LIN, T. & DE GUZMAN, F. (2007) 	1h30

UNIDADE 2: Medidas de Retorno Econômico		5h
I) Indicadores de viabilidade econômica, benefício presente líquido e Taxa Interna de Retorno- TIR	<ul style="list-style-type: none"> • PEIXOTO, B (2017), pg 202-208; 214-218 	45 min
II) Análise de custo-benefício	<ul style="list-style-type: none"> • BETTER EVALUATION. Cost-benefit Analysis (s.d) • BOARDMAN et al. (2018), p. 1-54 • BRASIL (2020) • LAYARD, R; GLAISTER, S (1994) • MISHAN, E.J.; QUAH, E. (2007), p. 1-55 Sugestão de referência para parte prática: <ul style="list-style-type: none"> • NAMSUK, K; MOLLERUS, R (2016) • NAS, T. F. (1996). • PEIXOTO, B. (2017). Pg. 193-225 	1h30
III) Análise de custo-efetividade	<ul style="list-style-type: none"> • BETTER EVALUATION. Cost Effectiveness Analysis (s.d) • EUROPEAN UNION. Cost-effectiveness Analysis • PEIXOTO, B (2017), p. 207-209 • U.S DEPARTMENT OF VETERANS AFFAIRS. Cost-Effectiveness Analysis • UNITED KINGDOM. Cost effectiveness analysis: Health Economic Studies 	1h30
IV) Incerteza e análise de sensibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • PEIXOTO, B (2017), p. 209-214 • SROI NETWORK (2012), p. 69 • THE NEW ECONOMIC FOUNDATION- NEF (2008), p. 40 	1h15
Apresentação final		
Avaliação econômica de um projeto, real ou fictício, desenvolvendo todas as etapas necessárias à estimação do retorno do projeto. Pode ser feita uma análise de custo-efetividade ou de custo-benefício		A definir pelo Instrutor

REFERÊNCIAS

ABADIE, Alberto; DIAMOND, Alexis; HAINMUELLER, Jens. Synthetic Control Methods for Comparative Case Studies: Estimating the Effect of California's Tobacco Control Program. **Journal of the American Statistical Association**, 105(490): 493–505, 2010.

ABADIE, Alberto; DIAMOND, Alexis; HAINMUELLER, Jens. Comparative Politics and the Synthetic Control Method. **American Journal of Political Science**, 59(2): 495–510, 2015.

ABDUL LATIF JAMEEL POVERTY ACTION LAB (J-PAL). **J-PAL Costing Guidelines**. Disponível em: <https://www.povertyactionlab.org/sites/default/files/research-resources/costing-guidelines.pdf>. Acesso em 20 mar. 2023.

ALMEIDA, Ronaldo. Roteiro para o emprego de grupos focais. *In*: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JÚNIOR, Jaime (org). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. P. 42-59. Disponível em: http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

ANDREWS, Isaiah; OSTER, Emily. A Simple Approximation for Evaluating External Validity Bias. **NBER Working Paper Series**, n. 23826. Jan. 2021. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w23826>. Acesso em 20 mar. 2023.

ATHEY, Susan; IMBENS, Guido. W. . The econometrics of randomized experiments. *In*: DUFLO, Esther; BANERJEE, Abhijit (Eds.). **Handbook of economic field experiments**, Vol. 1. North-Holland, 2017a, p 73-140.

ATHEY, Susan; IMBENS, Guido. W.. The state of applied econometrics: Causality and policy evaluation. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 3-32, 2017b.

AUSTRALIAN CAPITAL TERRITORY. **ACT Government Evaluation Policy and Guidelines**.. Dez. 2010. Disponível em: http://www.cmd.act.gov.au/__data/assets/pdf_file/0004/175432/ACT-Evaluation-Policy-Guidelines.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BAKEWELL, Oliver; GARBUTT, Anne. **The use and abuse of the logical framework approach**. Stockholm: Sida, 2005.

BARROS, Ricardo P.; SANTOS, Daniel; COUTINHO, Diana; SOARES, Camila. **Evidência: o que é, para que serve e como ir da que temos para a que queremos?** Repositório Insper, 2016.

BERTHÉLEMY Jean-Claude; DOUBLIEZ Victor; THUILLIEZ Josselin. Prevention or treatment? The introduction of a new antimalarial drug in Angola. **Centre d'Economie de la Sorbonne, Working Paper** 15089,23 out. 2015. . Disponível em: <https://hal-paris1.archives-ouvertes.fr/halshs-01244406/fr/>. Acesso em 20 mar. 2023.

BETTER EVALUATION. **Cost-benefit analysis**. Página web, s.d.. Disponível em: <https://www.betterevaluation.org/methods-approaches/methods/cost-benefit-analysis>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BETTER EVALUATION. **Cost effectiveness analysis**. Página web, s.d. Disponível em: <https://www.betterevaluation.org/methods-approaches/methods/cost-effectiveness-analysis>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BETTER EVALUATION. **Impact Evaluation**. Página web, s.d. Disponível em: https://www.betterevaluation.org/themes/impact_evaluation. Acesso em: 02 fev. 2023.

BETTER EVALUATION. **Monitoring**. Página web, s.d.. Disponível em: <https://www.betterevaluation.org/en/themes/monitoring>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BETTER EVALUATION. **Social Return on Investment**. Página web, s.d. Disponível em: <https://www.betterevaluation.org/methods-approaches/approaches/social-return-investment>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BETTER EVALUATION. **What is Evaluation**. Página web, s.d. Disponível em: <https://www.betterevaluation.org/en/what-evaluation>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BOARDMAN, Anthony *et al.* **Cost-Benefit Analysis: Concepts and Practice**. 5. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

BOOTHROYD, Roger. A. **Process and Outcome Evaluation Approaches**. Apresentação de slides. University of South Florida, Louis de la Parte Florida Mental Health Institute, 2018. . Disponível em: <https://www.usf.edu/cbcs/mhlp/tac/documents/florida-main/cjmhsa-tac-presentations/boothroyd-process-outcome-evaluation.pdf>. Acesso em 22 ago. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Política pública em dez passos**. Brasília: Secretaria-geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma), 2021. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/D0/D4/DF/12F99710D5C6CE87F18818A8/Politica%20Publica%20em%20Dez%20Passos_web.pdf. Acesso em 21 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**, volume 1 . Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180319_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf. Acesso em 21 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**, volume 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018b. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=34504. Acesso em 21 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. **Guia Prático de Análise Custo-Benefício de Projetos de Investimento em Infraestrutura**. Brasília: Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, 18 jul. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/comite-interministerial-de-governanca/arquivos/GuiaACBInfraestrutura_vCP_2.pdf. Acesso em 21 mar. 2023.

CEARÁ. **Relatório de Avaliação Executiva**: Projeto Agentes de Leitura do Ceará. CAPP/IPECE. 2019. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/07/Relatorio-de-Avaliacao-Executiva_Mapp_68_SECULT.pdf>. Acesso em 20 mar. 2023.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). U.S. Department of Health and Human Services. **Putting Together an Evaluation Matrix. Step 4: Gather Credible Evidence**. Página atualizada em 5 fev. 2020. 2020a Disponível em: <https://www.cdc.gov/std/program/pupestd.htm>. Acesso em 08 fev. 2023.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). U.S. Department of Health and Human Services. **Selecting Data Collection Methods. Step 4: Gather Credible Evidence**. Página atualizada em 5 fev. 2020. 2020b. Disponível em: <https://www.cdc.gov/std/program/pupestd.htm>. Acesso em 08 fev. 2023.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). U.S. Department of Health and Human Services. **Developing process evaluation questions**. Evaluation Briefs, nº 4, ago. 2018. Disponível em: <https://www.cdc.gov/healthyyouth/evaluation/pdf/brief4.pdf>. Acesso em 08 fev. 2023.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). U.S. Department of Health and Human Services. **Process Evaluation**: step 7. s.d. Disponível em: https://www.cdc.gov/teenpregnancy/practitioner-tools-resources/psba-gto-guide/pdf/chapters/psba_gto_step7_508tagged.pdf. Acesso em 20 mai. 2022.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). U.S. Department of Health and Human Services. **Types of Evaluation**. s.d.. Disponível em: <https://www.cdc.gov/std/program/pupestd/types%20of%20evaluation.pdf>. Acesso em 08 fev. 2023.

CHILE. Dirección de Presupuestos do Ministerio de Hacienda. **Evaluación de Programas Gubernamentales (EPG)**. Página web. Disponível em: <http://www.dipres.gob.cl/598/w3-article-111762.html>. Acesso em 20 jan 2023.

CHILE. Dirección de Presupuestos do Ministerio de Hacienda. **Instrucciones: proceso de evaluación ex ante de diseño de programas no sociales**. Santiago, 2016. Disponível em: http://www.dipres.gob.cl/598/articles-73342_Instructivo_2015_VF.pdf. Acesso em 20 mar. 2023.

CHILE. Dirección de Presupuestos: División de Control de Gestión. **Evaluación de Programas Gubernamentales (EPG): Programa Subsidio Beca PSU. Resumen Ejecutivo**.. Santiago, 2012. Disponível em: https://www.dipres.gob.cl/597/articles-141203_r_ejecutivo_institucional.pdf. Acesso em 20 mar. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Ex ante evaluation**: a practical guide for preparing proposals for expenditure programmes. Dez. 2001. Disponível em: https://www.mfcr.cz/assets/cs/media/EU-MFCR_Pr007_2001-12_Hodnoceni-ex-ante-Prakticke-pokyny-pro-zpracovani-navrhu-vydajovych-programu.pdf. Acesso em 20 mar. 2023.

CONESA, Juan Carlos; GARRIGA, Carlos. Intertemporal Discounting and Policy Selection. **Federal Reserve Bank of St. Louis Review**, March/April 2013, 95(2), pp. 165-79. Disponível em: <https://files.stlouisfed.org/files/htdocs/publications/review/13/02/conesa.pdf>. Acesso em 20 mar. 2023.

CONEVAL. **Evaluación de Consistencia y Resultados**. Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. Página web, 2021. Disponível em: https://www.coneval.org.mx/Evaluacion/MDE/Paginas/evaluacion_consistencia_resultados.aspx. Acesso em 08 fev. 2023.

CONEVAL. **Guía del Sistema de Aspectos Susceptibles de Mejora (SSAS)**. Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2017. Disponível em: https://www.coneval.org.mx/Evaluacion/Documents/Sistemas_DGAE/SSAS/Guia_SSAS_Marzo_2017.pdf. Acesso em 08 fev. 2023.

CONEVAL. **Informe de la Evaluación Específica de Desempeño 2010-2011**: Programa de Estancias Infantiles para Apoyar a Madres Trabajadoras (PEI). Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2011. Disponível em: https://www.coneval.org.mx/rw/resource/coneval/EVALUACIONES/EVALUACIONES_PROGRAMAS_POLITICAS_DS/EED_2010-2011/SEDESOL/PEI/Ejecutivo.pdf. Acesso em 08 fev. 2023.

DHALIWAL, Iqbal; DUFLO, Esther; GLENNERSTER, Rachel; TULLOCH, Caitlin. **Comparative Cost-Effectiveness Analysis to Inform Policy in Developing Countries: A General Framework with Applications for Education**. Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL), MIT, 2012. Disponível em: https://www.povertyactionlab.org/sites/default/files/research-resources/CEA%20in%20Education%202013.01.29_0.pdf. Acesso em 20 mar. 2023.

DIXON, Vibecke; BAMBERGER, Michael. Incorporating process evaluation into impact evaluation: What, why and how. International Initiative for Impact Evaluation, **Working Paper 50**, abr. 2022. Disponível em: https://www.3ieimpact.org/file/24826/download?token=_aOj8Eam. Acesso em 20 mai. 2022.

DUFLO, Esther; GLENNERSTER, Rachel; KREMER, Michael.. Using Randomization in Development Economics Research: A Toolkit. In: SCHULTZ, Paul; STRAUSS, John (Eds). **Handbook of development economics**, ed. 1, v. 4, chapter 61, p. 3895-3962, 2008.

DYKSTRA, Sarah, GLASSMAN, Amanda, KENNY, Charles; SANDEFUR, Justin. Regression discontinuity analysis of Gavi's impact on vaccination rates. **Journal of Development Economics**, 140, 12-25, 2019.

ESTADOS UNIDOS. Office of Management and Budget (OMB). **Program Assessment Rating Tool (PART)**: OMB's PART Questions. Página web, s.d.. Disponível em: https://www.strategisys.com/part_questions.

EUROPEAN UNION. **Cost-effectiveness analysis**. Página web. Atualizada em 7 dez. 2022. Disponível em: https://europa.eu/capacity4dev/evaluation_guidelines/wiki/cost-effectiveness-analysis-0. Acesso em 02 fev. 2023.

FEINSTEIN, Osvaldo. Checklist for evaluation recommendations. The Evaluation Center. **Western Michigan University**, 2019. Disponível em: <https://wmich.edu/sites/default/files/attachments/u3036/2019/eval-rec-feinstein.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação de políticas públicas: por onde começar?: um guia prático da metodologia do marco lógico**. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/01.06_AvaliacaoDePoliticasPublicas_Guia-MarcoLogico_FJP.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

GERTLER, Paul J.; MARTINEZ, Sebastián; PREMAM, Patrick.; RAWLINGS, Laura B.; VERMEERSCH, Christel M. J. **Avaliação de impacto na prática**. 2. ed. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOERGENS, Marelize; KUSEK, Jody Z. **Making monitoring and evaluation systems work**: a capacity development toolkit. Washington, DC: The World Bank, 2010. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2702>. Acesso em: 20 mar. 2023.

HEDGE, Ravi.; Bull, Gary Q. Performance of an agro-forestry based Payments-for-Environmental-Services project in Mozambique: A household level analysis. **Ecological Economics**, 71, p.122-130, 2011.

HM TREASURY. **The Magenta Book**: Central Government guidance on evaluation. Mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/the-magenta-book>. Acesso em: 21 mar. 2023.

HORN, Jerry. Checklist for Developing and Evaluating Evaluation Budgets. **Western Michigan University**, 2001. Disponível em: <https://wmich.edu/sites/default/files/attachments/u350/2018/budgets-horn.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Guia para Avaliar Políticas Públicas**: A política é nova? Avaliação *ex ante*! Volume 1. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2018a. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6418>. Acesso: em 20 mar. 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Guia para Avaliar Políticas Públicas**: Como monitorar uma política pública? Volume 2. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo 2018b. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6419>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Guia para Avaliar Políticas Públicas**: Avaliação ao alcance de todos: análise executiva. Volume 3. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2018c. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/7597>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Guia para Avaliar Políticas Públicas**: E quando a política está em andamento? Avaliação *ex post*! Volume 4. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2018d. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6421>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Relatório Anual de Monitoramento e avaliação**. Ciclo 2019. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2019. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6929>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO VEREDAS. Publicações: Respostas Rápidas. Página web. Atualizada em 2020. Disponível em: <https://www.veredas.org/publicacoes/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES. **Project/Programme Monitoring and Evaluation (M&E) Guide**. Geneva: IFRC, 2011. Disponível em: <https://www.ifrc.org/document/projectprogramme-monitoring-and-evaluation-guide>. Acesso em: 08 fev. 2023.

INTERNATIONAL PROGRAM FOR DEVELOPMENT EVALUATION TRAINING. (2007). **Handbook Development Evaluation**. Module 8 - Data Collection Methods. Disponível em: https://www.measureevaluation.org/resources/training/capacity-building-resources/data-quality-portuguese/DATA_COLLECTION.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

KRAFT, Michael E.; FURLONG, Scott. R. **Public Policy: Politics, analysis and alternatives**. 7. ed. Washington, DC: CQ Press, 2020.

KUSEK, Jody Zall; RIST, Ray C.. **Ten Steps to a Results-Based Monitoring and Evaluation System: A Handbook for Development Practitioners**. Washington, DC: The World Bank, 2004. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/14926>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LAYARD, Richard.; GLAISTER Stephen (ed.). **Cost-Benefit Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LIMA, Lycia; PORTELA, André (org.). **Guia CLEAR para o uso de evidência no ciclo das políticas públicas**. Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e África Lusófona (FGV EESP CLEAR), São Paulo: Fundação Getulio Vargas. No prelo.

McDONALD, Bronwen; ROGERS, Patricia (2014). **Interviewing: Methodological Briefs - Impact Evaluation n. 12**, , 2014. Disponível em: <https://www.unicef-irc.org/publications/757-interviewing-methodological-briefs-impact-evaluation-no-12.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MENEZES FILHO, Naercio.; PINTO, Cristine Campos Xavier (org.). **Avaliação econômica de projetos sociais**. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2017.

MINAS GERAIS. **Manual da avaliação executiva dos projetos estruturadores do governo do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Escritório de Prioridades Estratégicas, 2011.

MISHAN, E.J.; QUAH, Euston. **Cost-Benefit Analysis**. 5. ed. Nova Iorque, NY: Routledge, 2007.

MORRA-IMAS, Linda. G.; RIST, Ray. C.. **The road to results: designing and conducting effective development evaluations**. Washington: Banco Mundial, 2009. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/400101468169742262/pdf/The-road-to-results-designing-and-conducting-effective-development-evaluations.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2023.

MOORE, Graham. et al. **Process Evaluation of Complex Intervention**. UK Medical Research Council (MRC) guidance. Disponível em: <https://www.ukri.org/wp-content/uploads/2015/05/MRC-71221-ProcessEvaluationComplexInterventions-FullGuidance.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022

NAMSUK, Kim; MOLLERUS, Roland. Cost-benefit analysis for identifying institutional capacity building priorities in LDCs: an application to Uganda. Department of Economic & Social Affairs. **CDP Background Paper** nº 30 ST/ESA/2016/CDP/30, Fev. 2016. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/cdp_background_papers/bp2016_30.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

NAS, Tevfik. F.. **Cost-Benefit Analysis: Theory and Application**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.

NDIAYE, Mouhamadou. F. Persistent inequality in Guinea-Bissau: The Role of France, the CFA Franc, and Long-Term Currency Imperialism. **African Review of Economics and Finance**, v. 12, n. 1, p. 123-151, Jun. 2020.

THE NEW ECONOMIC FOUNDATION (NEF). **Measuring value: a Guide to Social Return on Investment (SROI)**. 2. ed., 2008. Disponível em: <https://commdev.org/wp-content/uploads/pdf/publications/Measuring-Value-A-Guide-to-Social-Return-on-Investment.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

NEW SOUTH WALES GOVERNMENT DEPARTMENT OF PREMIER AND CABINET. **NSW Government Program Evaluation Guidelines**. Sydney: NSW Department of Premier and Cabinet, jan. 2016. Disponível em: https://arp.nsw.gov.au/assets/ars/f506555395/NSW-Government-Program-Evaluation-Guideline-January-2016_1.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Glossário da Avaliação e da Gestão Centrada nos Resultados**. Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento. Paris: OECD Publishing, 2002. Tradução da Divisão de Avaliação, Instituto de Cooperação Portuguesa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal. Disponível em: <https://www.oecd.org/fr/cad/evaluation/glossariodaavaliaoedagestaocentradanosresultados.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego**. Módulo 11: Monitoramento e avaliação de políticas públicas. Brasília: OIT, 2012. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_430968/lang-pt/index.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

ORTEGÓN, Edgar; PACHECO, Juan Francisco; PRIETO, Adriana. **Metodología del marco lógico para la planificación, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas**. Santiago: CEPAL, 2005.

PARKHURST, Justin. **The politics of evidence: from evidence-based policy to the good governance of evidence**. Taylor & Francis, 2017.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research & evaluation methods: Integrating theory and practice**. 4. ed. SAGE Publications, 2014.

PEIXOTO, Betânia. O cálculo do retorno econômico. *In*: MENEZES FILHO, Naercio Aquino; PINTO, Cristine Campos de Xavier (Orgs). **Avaliação econômica de projetos sociais**. . 3. ed. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2017. Capítulo 8, p 193-125.

PEW-MACARTHUR RESULTS FIRST INITIATIVE. **Evidence-based policymaking: a guide for effective government**. Washington, DC: The Pew Charitable Trusts, John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, 2014.

PROGRAM IN RURAL MONITORING AND EVALUATION. **Fundamentals of M&E 1**. Apresentação de slides. Shanghai, 9-13 out. 2018. Disponível em: https://www.primetraining.global/repositorio/material_cursos/fundamentals/F1_Presentation_EN_2018.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

ROGERS, Patricia. **Overview: Strategies for Causal Attribution**. Impact Evaluation, Methodological Briefs, n. 6, 2014. Disponível em: <https://www.unicef-irc.org/publications/751-overview-strategies-for-causal-attribution-methodological-briefs-impact-evaluation.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ROSSI, Peter. H.; LIPSEY, Mark. W.; FREEMAN, Howard. E. **Evaluation: a systematic approach**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.

RUBIO, Gloria. M. **The design and implementation of a menu of evaluations**. The Nuts & Bolts of M&E Systems, n. 6. Washington, DC: World Bank Group, 2011. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11068/643830BRI0Desi00Box0361535B0PUBLIC0.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SOUTH AFRICA. Department of Planning, Monitoring and Evaluation. **Evaluation Guideline n. 4: How to undertake rapid evaluations**. Mai. 2020. Disponível em: <https://twendembele.org/reports/dpme-rapid-evaluation-guideline/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOUTH AFRICA. Department of Social Development. **The Rapid Assessment of The Implementation and Utilisation of the Special Covid-19 SRD Grant**. Jul. 2021. Disponível em: <https://www.dsd.gov.za/index.php/documents?task=download.send&id=316&catid=18&m=0>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SROI NETWORK. **A Guide to Social Return Investment**. 2012. Disponível em: <http://www.socialvaluelab.org.uk/wp-content/uploads/2016/09/SROI-a-guide-to-social-return-on-investment.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

STUFFLEBEAM, Daniel L. Evaluation plans and operations checklist. The Evaluation Center. **Western Michigan University**, 1999. Disponível em: <https://wmich.edu/sites/default/files/attachments/u350/2018/eval-plans-operations-stufflebeam.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

TWENDE MBELE. **Getting Evidence Quicker: The Development of Rapid Evaluation in Selected African Countries**. Policy Brief, fev. 2021. Disponível em: <https://www.africaportal.org/documents/21173/RE-Brief2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023

UNICEF/CLEAR AA. **Embedding Evaluation in Voluntary National Reviews**. Apostila de curso. 21-23 julho 2020.

UN.ESCAP. **ESCAP M&E system: monitoring & evaluation system overview and evaluation guidelines**. . 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12870/2744>. Acesso em: 02 fev. 2023.

UNDP. **Indicators for policy management: a practical guide for enhancing the statistical capacity of policy-makers for effective monitoring of the MDGs at the country level**. 2005. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/Indicators_for_Policy_Management.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023.

UNITED KINGDOM. **Cost effectiveness analysis**: health economic studies. London: Office for Health Improvement and Disparities, 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.uk/guidance/cost-effectiveness-analysis-health-economic-studies>. Acesso em: 02 fev. 2023.

UNITED KINGDOM. **Process evaluation**: evaluation in health and wellbeing. London: Office for Health Improvement and Disparities, 7 aug. 2018. Disponível em: <https://www.gov.uk/guidance/evaluation-in-health-and-wellbeing-process>. Acesso em: 21 mar. 2023.

U.S. DEPARTMENT OF VETERANS AFFAIRS. **Cost-Effectiveness Analysis**. Página web. Atualizada em 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.herc.research.va.gov/include/page.asp?id=cost-effectiveness-analysis>. Acesso em 02 fev. 2023.

UNICEF/CLEAR. **Guia de Integração da Avaliação nas Revisões Nacionais Voluntárias em África**. Nova Iorque, NY: 2019. Disponível em: <https://evalsdgs.org/wp-content/uploads/2020/04/PT-Guia-de-Integrac%CC%A7a%CC%83o-da-Avaliac%CC%A7a%CC%83o-nas-Reviso%CC%83es-Nacionais-Volunta%CC%81rias-em-A%CC%81frica.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

WATKINS, Ryan; WEST MEIERS, Maurya; VISSER, Yusra Laila. **A guide to assessing needs: essential tools for collecting information, making decisions, and achieving development results**. World Bank, Washington, DC, 2012. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2231>. Acesso em: 20 mar. 2023.

WILLIAMS, Eleanor. **Rapid evaluation**. Página web. BetterEvaluation. Atualizada em 20 out. 2022. Disponível em: <https://www.betterevaluation.org/methods-approaches/approaches/rapid-evaluation>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VAESSEN, Jos; LEMIRE, Sebastian; BARBARA, Befani. **Evaluation of International Development Interventions: An Overview of Approaches and Methods**. Independent Evaluation Group, World Bank, Washington, DC, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34962>. Acesso em: 20 mar. 2023.

WHITE, Howard; SABARWAL, Shagun. **Quasi-experimental Design and Methods**. Methodological Briefs: Impact Evaluation 8, UNICEF Office of Research, Florence. 16p, 2014. Disponível em: https://www.betterevaluation.org/sites/default/files/Quasi-Experimental_Design_and_Methods_ENG.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

WHITE, Howard; SABARWAL, Shagun; DE HOOP, Thomas. **Randomized Controlled Trials (RCTs)**. Methodological Briefs: Impact Evaluation nº 7, UNICEF Office of Research, Florence. 15p, 2014. Disponível em: https://www.unicef-irc.org/KM/IE/impact_7.php. Acesso em: 20 mar. 2023.

WORLD BANK. Operations policy and quality department. **Results framework and M&E: Guidance Note 2013**. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/692091513937457908/pdf/122226-ReME-Operational-Guidance-Note-External-FINAL.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

WORLD BANK. **Results of the expert roundtables on innovative performance measurement tools**. Technical Notes, 2: Executive Evaluations. Washington, DC., 2009. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/617881468263940441/pdf/694010BRIOP1130ExecutiveEvaluations.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ZHUANG, Juzhong; LIANG, Zhihong ; LIN, Tun; DE GUZMAN, Franklin. **Theory and Practice in the Choice of Social Discount Rate for Cost -benefit Analysis: A Survey.** Asian Development Bank, ERD WP 94. 2007.

Sobre o FGV EESP CLEAR

O Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP CLEAR) foi estabelecido em 2015 e é um dos seis centros regionais da Iniciativa CLEAR, todos sediados em instituições acadêmicas de relevância internacional no Sul Global.

Os centros CLEAR fazem parte da Iniciativa Global de Avaliação (GEI), uma rede global coordenada pelo Banco Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que visa atender a demanda crescente por tomada de decisão com base em evidências, por parte de governos, doadores e financiadores de políticas públicas e programas.

O FGV EESP CLEAR tem sede no Brasil, na Escola de Economia de São Paulo (EESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e é associado ao Centro de Estudos em Microeconomia Aplicada (C-Micro). Além do Brasil, atua em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé. Possui uma maneira única de fortalecer capacidades em M&A por meio da colaboração com parceiros locais, incluindo agências governamentais, instituições acadêmicas e terceiro setor.

O FGV EESP CLEAR atua em quatro principais eixos na área de M&A, que contemplam: (i) desenvolvimento da cultura de tomada de decisão com base em evidências, apoiando a implementação de sistemas próprios de M&A; (ii) fortalecimento de habilidades em M&A por meio da realização de cursos e capacitações técnicas; (iii) geração de conhecimento em M&A, produzindo informações e evidências por meio de estudos e pesquisas; e (iv) disseminação de conhecimento em M&A, na qual difunde conhecimento técnico da área de forma acessível a profissionais e estudantes.